



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 10 2016	10h45min	CFGTC – Audiência Pública para Apresentação de Relatório de Gestão	1

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Bom dia a todos e a todas. Vamos dar início à audiência pública para a apresentação do relatório de gestão da Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos – SEDESTMIDH.

Sob a proteção de Deus, tenho a honra de declarar aberta a presente audiência pública da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle para a apresentação do relatório de gestão referente ao ano de 2015, por parte da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos.

Antes de fazermos a composição da Mesa, quero só explicar que esta audiência pública faz parte do calendário de audiências públicas, para todos os secretários de Estado, que a Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle tem feito no quesito de prestação de contas. É uma oportunidade para que as Secretarias apresentem o resultado dos trabalhos que foram elencados. É, na realidade, o espaço para que todas as Secretarias também apresentem as suas dificuldades e quais são as propostas para 2017.

Estamos fazendo a avaliação, na realidade a prestação de contas referente ao ano de 2015. No ano que vem, se eu continuar à frente da Presidência da Comissão, vamos fazer o mesmo calendário voltando à questão de 2016.

É importante porque... eu lembro, quando fui Secretário do Trabalho, que eu sentia falta de um espaço como este para mostrar aquilo que nós fizemos. Porque receber críticas... Espaço para crítica existe, e muitos! Agora, espaço para apresentar o trabalho, apresentar os resultados de como estava, aonde se chegou, quais foram as ações concretas implementadas, muitas vezes a gente não consegue achar. Então, nós criamos esse espaço para que... até mesmo em execução, aquilo que está na Lei Orgânica do Distrito Federal, por uma emenda feita pelo Deputado Chico Leite, nós colocamos isso também como uma oportunidade de os Secretários mostrarem aquilo que fizeram.

Aqui não vamos discutir coisa ruim. Nós só vamos discutir, colocar as perguntas que realmente foram feitas. Até mesmo porque o Secretário vai ter a possibilidade de mostrar as dificuldades dele e, dentro das dificuldades, o que a Câmara Legislativa pode ajudar nos desenvolvimentos das atividades.

Convido para compor a Mesa o Exmo. Sr. Secretário de Estado de Trabalho de Desenvolvimento Social Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, Dr. Gutemberg Gomes (Palmas.) Eu quero anunciar a presença do Deputado e ex-Secretário de Trabalho e Desenvolvimento Social Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, Deputado Joe Valle, a quem peço que se sente à Mesa conosco. Convido para compor a Mesa a Secretária Adjunta de Desenvolvimento Social, Dra. Marlene Azevedo e o Secretário Adjunto de Trabalho, Dr. Thiago Jarjour. (Palmas.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 10 2016	10h45min	CFGTC – Audiência Pública para Apresentação de Relatório de Gestão	2

Há mais algum Secretário Adjunto presente?

(Manifestação fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO.) – Com a palavra, o Deputado Joe Valle para fazer suas considerações iniciais.

DEPUTADO JOE VALLE – Bom dia a todos.

É um grande prazer estar aqui agora, do lado de cá do balcão.

Na realidade, essa lógica, quando nós trabalhamos na Comissão de Fiscalização – e eu tive a oportunidade de presidi-la, assim como, depois, o Deputado Delmasso, que tem feito um grande trabalho à frente da Comissão –, era isso mesmo.

A Câmara Legislativa tem, como uma de suas funções primordiais, a fiscalização. Então, esta é a lógica mesmo: a gente tem que estar sempre trabalhando todos os processos, de forma a que os Poderes interajam, no modelo de fiscalização, para melhorar a aplicação do recurso público. O Deputado Delmasso sabe disso.

E agora todos os jornais estão falando só da prisão do Cunha, que caracteriza muito a questão da corrupção ativa, a corrupção com desvio de recurso público, com apropriação indébita de recurso público. Mas, essa modalidade de desperdício de recursos públicos é responsável, anualmente, por apenas 13% de um total desperdiçado. Oitenta e sete por cento são com a má gestão, que a gente chama de corrupção passiva. Então, quando os governos, no seu frenesi maluco, não conseguem que as Secretarias ou que o próprio governo tenham um plano único e a disputa partidária se infiltra, se estabelece, dentro de um projeto de governo, você começa a ter o problema da corrupção passiva.

E nós passamos por isso durante dez meses na Secretaria, Deputado Delmasso, onde as coisas simplesmente não acontecem.

Como depende de outras pessoas e estas têm muitas coisas para fazer, nada acontece, e ninguém vai preso. E o recurso público não é empregado onde deveria ser! Então, quando eu deixo de...

A gente tinha um recurso federal – vou dar só um exemplo inicial –, que já estava disponível – e a Adjunta Marlene sabe do que estou falando – para a Secretaria, há muito tempo. Não se utilizava para a compra de veículo. Não existia veículo na Secretaria, e a Seplag, que é o local onde a gente tinha interação, ficava procrastinando esse processo, de uma forma... “Porque faltou isso.” “Faltou a vírgula.” “Essa palavra que você usou não é muito legal.” Sem veículo na ponta, e com o dinheiro na conta.

Então, essa é uma lógica terrível do serviço público, da burocracia, que precisa mudar.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 10 2016	10h45min	CFGTC – Audiência Pública para Apresentação de Relatório de Gestão	3

Hoje, nós, Deputados aqui falamos: “Olha, está perfeito! O projeto é muito bom. Onde vai botar o dinheiro?”

Não executa! A máquina está emperrada! O modelo do Estado está falido! Já falamos isso muitas vezes! E o papel da Câmara Legislativa do Distrito Federal é fiscalizar para que consigamos entender o que está acontecendo e fazer avançarem os processos. Então, esta Comissão é para isto, especificamente para isto: para fiscalizar.

E não é uma fiscalização para pegar nada!

No Brasil, o que acontece com quem é pego? Nada! Nada! Foi preso um cara ontem que está, desde 1991, fazendo bobagem. E não vai ficar preso. Entendeu? Então, é para não deixar acontecer. É prevenção e para botar, no rumo certo, a instituição pública, que deve prestar serviço ao público!

Vocês sabem muito bem de todo o trabalho de gestão que foi feito com os poucos recursos.

Está sempre havendo muito mais demanda, Deputado Delmasso, do que oferta. E sempre vai haver no modelo de sociedade que a gente tem! Num modelo de sociedade de consumo, que é altamente excludente, o Estado vai estar sempre “correndo atrás do rabo”. Sempre! Ou muda o modelo – muda-se o modelo, com uma nova constituinte e não há outra saída para o Brasil! –, ou nós vamos ver sempre o que estamos vendo acontecer: sempre em crise, sempre com problemas de recurso. Sempre! Sempre! Produtividade baixa! Então, é um drama que a gente vive.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal tem o papel de fazer a fiscalização. Esta Comissão especificamente é para isso.

Na terça-feira, se não me engano, esteve aqui um representante da Secretaria de Agricultura. Hoje estamos aqui. E assim vai acontecendo com todas as Secretarias. Há uma lei de um dos integrantes desta Comissão que obriga os Secretários de Estado a virem à Câmara pelo menos uma vez por ano, prestarem conta. É uma lei do Deputado Chico Leite. E esta Comissão é a que recebe os Secretários nessa dimensão.

Esta equipe entrou em 27 de outubro de 2015. Esta é uma apresentação relativa ao ano de 2015, de praticamente um mês de gestão. O resto eram acertos, de botar gente, tirar gente, tal, tal, tal. Vai ser uma apresentação sobre o período de final de 2015 para cá. É o que entendo que será apresentado.

Eu vou estar aqui para esclarecer todas as dúvidas, todos os processos e, ao mesmo tempo, para fazer as perguntas sobre o que eu não entender da apresentação. (Risos.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 10 2016	10h45min	CFGTC – Audiência Pública para Apresentação de Relatório de Gestão	4

Acho que eu até deveria ficar numa cadeira ali. Mas, como sou membro da Comissão, vou estar aqui para esclarecer o meu Presidente, em alguma dúvida, mas também para ajudar no que for preciso. Está bom, gente?

Agradeço demais.

É muito bom revê-los. Faz tempo que não vou à Secretaria.

Eu queria desejar boa sorte ao Secretário.

Estamos aqui doidos para ver esta Secretaria monstruosa. (Risos.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Obrigado, Deputado Joe Valle. (Risos.)

Fui Secretário de uma parte da pasta que a de V.Exa. hoje engloba e vi a dificuldade que nós tínhamos. Desculpe o que vou falar. Refiro-me à estrutura obsoleta em que o Governo de Brasília se encontrava à época. Pode ter havido alguns avanços, mas estamos muito aquém do ideal.

Falo de estrutura porque hoje existem algumas soluções implementadas em outros estados e que o Distrito Federal, à época em que eu estava à frente da Secretaria de Trabalho, não conseguia desenvolver.

Vou dar um exemplo. Quando nós assumimos a Secretaria de Trabalho, o grande problema que nós tínhamos era o famoso Sigai – quem é da parte de Trabalho vai saber o que estou dizendo.

Era um problema quando esse sistema caía por uma questão de conexão de internet com o Ministério do Trabalho. Quando esse sistema caía, fechavam praticamente todas as agências do trabalhador. O que é interessante é que ele tinha uma rotina para cair. Ele acontecia praticamente todo início do mês, que era quando as pessoas estavam indo, Deputado Joe Valle, procurar vaga de emprego. Ou seja, aumentava a demanda – a demanda até mesmo de cadastro, de emissão de carteira de trabalho, de cadastro para pegar seguro-desemprego no início do mês –, e o Sigai caía, na época. E caía por uma questão... quando a gente descobriu o que era, eu falei: eu não acredito que Brasília, que a capital da República ainda tenha esse problema. O que nós detectamos foi que o servidor que fazia a conexão com o Ministério do Trabalho tinha um programa pirata, tinha um sistema operacional pirata! E esse sistema operacional pirata... Quem entende um pouco de processamento de dados – eu sou formado na área – sabe que, quando você envia muitos pacotes, o servidor que recebe entende que, quando ele não consegue conectar com a chave original, aquilo é vírus. Então, o servidor do Ministério do Trabalho achava que nós estávamos mandando vírus para ele. Aí esse servidor bloqueava o recebimento e derrubava todas as agências do trabalhador do Distrito Federal!

Eu vou lhe dizer que era única e exclusivamente – Thiago, você, que hoje está à frente da pasta do trabalho – porque o sistema operacional utilizado à época,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 10 2016	10h45min	CFGTC – Audiência Pública para Apresentação de Relatório de Gestão	5

quando nós assumimos – isso foi em 2008 –, Deputado Joe Valle, era pirata! Eu estou falando isso porque, como é que pode uma secretaria de estado da Capital da República utilizar um sistema operacional pirata – não dá! – para transmissão de dados que, em tese, deveriam ser confidenciais – porque ali você tem informações do trabalhador –, sem nenhuma segurança de dados! Nenhuma! Nenhuma! Qualquer menino que soubesse raquear, que soubesse criar, na linguagem chula do processamento de dados, um chupa-cabra conseguiria pegar o pacote de dados enviado pela Secretaria de Trabalho tranquilamente!

Na época, nós conseguimos fazer a compra do sistema operacional. Eu estou falando isso, porque a gente sabe da dificuldade que os Secretários, quando assumem uma pasta dessas... Muitas vezes, a gente fala: o Poder Executivo agora tem estrutura, e a gente vê que a gestão pública do Distrito Federal está anos luz atrasada. Enquanto a Secretaria de Estado do Trabalho de São Paulo fazia o atendimento via internet, nossos trabalhadores ainda enfrentavam filas nas portas das agências do trabalhador. Enquanto a Secretaria de Estado do Trabalho de Tocantins fazia comunicação via SMS sobre vagas com o trabalhador – isso em 2008! –, a gente ainda usava o modo antigo – nada contra –, a publicação no *Correio Braziliense*, no *Jornal de Brasília* de convocação para algumas vagas, e pedindo ajuda ainda!

Estou citando esses estados, porque, na época, eu fui do FONSET – Fórum Nacional de Secretarias do Trabalho. Cheguei a ser Vice-Presidente. E eu via o Secretário de Trabalho do Estado de Tocantins – na realidade, lá a secretaria era Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho – apresentar isso. Eu falava: “Gente!”

Enquanto, na época, as gerências de captação de vagas das agências do trabalhador tinham dificuldades de visitar as empresas porque não tinham carro ou porque o carro estava quebrado e não fizeram a manutenção, o Secretário de Estado de Trabalho do Rio de Janeiro fez uma parceria com a Firjan e criou um sistema de informação de vagas de trabalho em que a Firjan e a Fecomércio do Estado do Rio de Janeiro centralizavam todas as vagas e inseriam nesse sistema. Eles abriram na realidade um módulo do Sigai para a Firjan e a Fecomércio do Estado do Rio de Janeiro, para que eles informassem as vagas. Quase em tempo real, os empresários teriam como saber quem era a pessoa que iria fazer a entrevista, de onde era, qual era o perfil. Eu disse: “Meu Deus!”

E aí, Deputado Joe Valle, eu digo o seguinte: nós estamos vivendo uma crise econômica sem precedentes. Eu estava agora no Congresso Nacional participando da Semana de Valorização da Família e discuti com alguns Deputados Federais a PEC 241, à qual sou favorável. Acho que precisa haver um teto de gasto. Não adianta a gente dar o cartão de crédito para o governo gastar como quiser, da forma como quiser, sem controle. Se eu tenho o controle na minha casa, nas minhas finanças pessoais, esse é um ato de sanidade. Sempre brinco: como é que eu explico a PEC 241?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 10 2016	10h45min	CFGTC – Audiência Pública para Apresentação de Relatório de Gestão	6

É mais ou menos o seguinte: o governo tem um cartão de crédito sem limite. No primeiro mês, ele gastou 50% do seu salário e conseguiu pagar; no segundo mês, ele gastou 70% e conseguiu pagar; no terceiro mês, ele gastou 100%, pegou um empréstimo para pagar o cartão de crédito – aí ele começa a ter duas dívidas –; no quarto mês, ele já não consegue pagar, porque ele está pagando o empréstimo. Então ele vai pagar o mínimo. Bem, pagou o mínimo; no quinto mês aumentam os juros. Aí no sexto mês ele teve um ato de sanidade. Ele ligou para o banco e disse assim: eu quero renegociar a minha dívida, mas eu quero que você me dê um cartão de crédito com limite, dentro das condições que eu posso pagar. Essa é a PEC 241, que limita os gastos.

Enquanto alguns dizem que é um retrocesso social, que acaba com as conquistas sociais, ok. Desculpem-me aqueles que são contra a PEC. O que adianta ter conquista social e não ter dinheiro para executar as conquistas sociais? O que adianta ter o cartão de crédito e não usá-lo? Eu tenho a senha do cartão, mas, na hora em que eu tiver de passá-lo, ele será reprovado. Eu estava discutindo isso lá no Congresso.

O que nós precisamos é otimizar a gestão pública! Infelizmente! Infelizmente! A gestão pública gasta muito recurso. O Deputado Joe Valle falou que a corrupção é um dos principais ralos por onde vai embora o dinheiro público. Mas a gestão pública também gasta muito dinheiro com a burocracia. Enquanto nós não desburocratizarmos a gestão no Distrito Federal, vai faltar dinheiro para as atividades essenciais. Nossa gestão, infelizmente, é burocrática e engessada. Muitas vezes, quando um secretário assume um desafio dentro de uma pasta, se você não tiver um corpo de servidores que ajude a enfrentar essa burocracia, vai ser mais do mesmo.

Passo a palavra agora ao Secretário de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulher, Desigualdade Racial e Direitos Humanos, Dr. Gutemberg Gomes, mais conhecido como Guto.

SR. GUTEMBERG GOMES – Obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento o Presidente Delmasso, Presidente desta Comissão tão importante. Eu me sinto em casa, porque foi uma comissão idealizada e implementada pelo Deputado Joe Valle, a quem cumprimento. Cumprimento também o Sr. Thiago Jarjour, Secretário Adjunto do Trabalho; a Sra. Marlene Azevedo, nossa guerreira, Secretária Adjunta do Desenvolvimento Social; a Sra. Renata Melo, nossa assessora, que falará sobre a mulher, a desigualdade racial e os direitos humanos. Ela falará desse viés – porque nós, hoje, tivemos uma alteração nessa pasta: sai a companheira Vera, que nos ajudou muito enquanto esteve presente à frente da gestão, e entra a Raíssa Rossiter, que vai dar continuidade ao trabalho e seguramente colaborar muito com o governo.

Cumprimento também os Subsecretários Vitor – Igualdade Racial –; Célio Silva – Fábrica Social –; Antônio – Trabalho; e o Iurani, que é da segurança alimentar e nutricional. Falando isso, a Subsecretária de Desenvolvimento Social está



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 10 2016	10h45min	CFGTC – Audiência Pública para Apresentação de Relatório de Gestão	7

hoje em Samambaia, porque houve um evento esta noite que foi ruim, temos a conta de mais de mil famílias desabrigadas devido a chuvas e ventos muito fortes localizados. O Governador Rodrigo Rollemberg, desde o primeiro momento, fez contato com os Secretários, fez contato comigo, foi ao local. Parece-me que, às 2h, S.Exa. estava no local, logo depois do acontecido. Hoje pela manhã, organizou uma reunião em Samambaia, em que a Subsecretaria Solange está nos representando, não é, Marlene? Daqui, sairemos para lá.

Vamos fazer essa apresentação dividida, dada a importância da Comissão. Eu vou falar da gestão. Como houve a fusão e os *slides*, à frente, falarão mais deliberadamente sobre isso, nós vamos fazê-la. O Thiago Jarjour apresenta a parte do trabalho; a Marlene, a do desenvolvimento social; e a Renata, a de mulheres, igualdade social e direitos humanos.

A Lúcia Bessa está aqui à frente. Lúcia, a gente começou a trabalhar desde cedo e eu achei que tivesse falado o seu nome. A Lúcia Bessa, também é Subsecretária de Políticas para as Mulheres e igualmente tem feito um trabalho muito positivo na área. Obrigado pela presença, Lúcia.

Bom, essa apresentação, como eu disse, é composta por informações e dados relativos a 2015, lógico, como convite da Comissão de Governança, Transparência e Controle Social.

Esqueci de citá-lo também, Marcos. Você que é o Subsecretário de Gestão de Informação.

A sua fala, Deputado Delmasso, é muito pertinente, porque estamos trabalhando os instrumentos de informação, de fato, e radicalizando com a transparência, ok?

A Secretaria de Estado, Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos foi criada, em 23 de outubro de 2015, pelo Decreto 36.832. Naquela ocasião, a Secretaria de Estado de Políticas para Mulheres e Igualdade Racial e Direitos Humanos e a Secretaria de Estado, Desenvolvimento Humano e Social passaram a integrar a Secretaria de Estado de Trabalho e do Empreendedorismo.

Lembraram-me da Coaraci. Ela está aí? Está. É grande mesmo, Deputado Joe Valle. Está a Coaraci e a Daniele da Suag. Obrigado pela presença, Coaraci.

Esta apresentação de contas é tanto relativa aos dados da Sedestmidh, após a fusão das secretarias adjuntas, quando eram independentes. Então, a apresentação está organizada a partir de dados da gestão. Em seguida, como falei, os secretários adjuntos falarão sobre os respectivos temas.

O objetivo principal da Sedestmidh é efetivar o direito à proteção social por meio da oferta de serviços, benefícios que contribuam para a garantia dos direitos sociais e individuais para o enfrentamento da pobreza, para o desenvolvimento da autonomia financeira e para o meio da política do trabalho, políticas voltadas ao



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 10 2016	10h45min	CFGTC – Audiência Pública para Apresentação de Relatório de Gestão	8

segmento da população historicamente negligenciados pelas políticas públicas. É uma impressão minha que, de fato, essa demanda tem crescido muito, Deputado Delmasso. E, lógico, demandando muitos mais os nossos serviços.

Esses objetivos permeiam todos os seres vivos, ações e programas e projetos da Secretaria, executados e operacionalizados por aproximadamente 180 unidades da Secretaria em todo território do Distrito Federal. Ou seja, nós conseguimos espacializar e temos unidades em todo o território do Distrito Federal.

Aliás, ao final da apresentação, eu vou distribuir uma revista de prestação de contas da gestão do ex-Secretário Joe Valle que, de fato, espacializa todos esses dados.

Bom, as diretrizes são a gestão de excelência compartilhada e colaborativa, cuidar de quem cuida, a credibilidade e presença na ponta e radicalizar na transparência. Essa é uma diretriz que o ex-Secretário Joe Valle deixou e estamos seguindo à risca. Para tanto, desde outubro de 2005, houve uma mudança na estratégia de gestão na qual todos os esforços estão voltados ao cumprimento dos objetivos colocados anteriormente, orientados pelas diretrizes comuns a todos os níveis de gestão e execução que compõem esta grande Casa. Ou seja, vale ressaltar que a fusão acabou dando certo pela integração das ações e, lógico, pela dedicação dos servidores.

Nesse sentido, demos início à construção compartilhada e colaborativa do planejamento estratégico da Secretaria, elaborado com a participação dos gestores das secretarias adjuntas, e que está baseado no cumprimento dos objetivos estratégicos do mapa estratégico do Governo de Brasília e de suas áreas de atuação. Essa construção coletiva se deu por onze planejamentos estratégicos realizados ao longo de seis meses para os equipamentos.

Vale ressaltar que o planejamento estratégico da Sedestmidh foi elaborado partindo da base para o topo dos níveis de gestão que acompanham a Secretaria. É isso que faz com que a Secretaria funcione e as ações tenham êxito. Ou seja, não foi um planejamento pensado do gabinete para a ponta. Foi um planejamento que envolveu, inclusive, os servidores que atuam na ponta.

A missão: promover de forma integrada as políticas públicas de trabalho, emprego e geração de renda, assistência social, segurança alimentar e nutricional, contribuindo para a proteção social com atenção à equidade e gênero, raça, etnia e no contexto dos direitos humanos.

A visão é ser reconhecida pela excelência na prestação dos serviços, pela contribuição na redução das desigualdades sociais, pela gestão estratégica, inovadora, compartilhada e como melhor secretaria para se trabalhar no Governo de Brasília. Ou seja, esse *slide* fala muito da complexidade da secretaria.

Bom, lógico que a gestão atua com acordos e parcerias. Tivemos e temos diversos acordos técnicos e de cooperação que foram articulados pela assessoria



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 10 2016	10h45min	CFGTC – Audiência Pública para Apresentação de Relatório de Gestão	9

especial do gabinete, efetivados para potencializar os alcances das ações, otimizar a utilização dos recursos públicos e melhorar a qualidade do serviço oferecido à população pela Secretaria.

Os acordos técnicos e de cooperação estão acompanhados pela assessoria especial do gabinete e já viabilizadas diversas ações impactantes para a gestão e operacionalização das políticas operadas pela Secretaria. Por exemplo; o acordo com o Tribunal de Contas do Distrito Federal, compartilhando conhecimentos para a concepção de formação dos servidores da Secretaria e, com a Escola de Governo, a parceria se efetivou para viabilizar oferta de cursos para gerente.

Isso é importante porque uma das diretrizes é que, de fato, os nossos servidores façam os cursos e a Escola de Governo é uma parceira fundamental para isso. A gente percebe que tem aumentado a autoestima dos nossos servidores e, lógico, é um momento de interação, não é Amanda?

Bom, no que diz respeito aos conselhos, vale ressaltar que a partir de outubro de 2015, ou seja, da fusão da Secretaria foi criada a unidade de órgãos colegiados com dez órgãos colegiados que passaram a estar diretamente vinculados ao gabinete da Sedestmidh após terem sido mapeados, recompostas as secretarias executivas e assessorias, nomeados conselheiros e organizados os bancos de dados, sendo fundamentais, tanto para o controle social das políticas públicas quanto para a proposição dessas políticas, garantindo à Sedestmidh que opere política de estado com foco na garantia de direitos e com a gestão voltada ao atendimento da especificidade da população do Distrito Federal – isso está escrito no relatório.

Esta política de conselhos é fundamental, porque, de fato, é uma Secretaria que garante os direitos – não só, mas, na fusão, o desenvolvimento social está presente. Então, é uma Secretaria que garante os direitos. Ouvir os conselhos e tomar decisões para formular políticas públicas, observando os conselhos, é, de fato, estar em sintonia com a população.

Tivemos um êxito enorme, que foi o Regimento Interno. Nós estamos dando consequência a uma gestão que foi elaborada pelo ex-Secretário, Deputado Joe Valle, com a construção do documento após um histórico de onze anos sem regimento interno da Casa. A elaboração foi concluída na Sedestmidh e o documento foi encaminhado para as tramitações necessárias à sua publicação – ou seja, ele está tramitando dentro do governo. É um ganho muito grande para quem há onze anos não tinha um documento orientador, que é o Regimento Interno. Agora a gente passa a ter.

Concurso público. Lógico, é notório: a gente atende demandas muito específicas. Nós temos, observando a legislação, que fazer esses atendimentos de forma específica, como falei, com técnicos especializados. Então, nós estamos com uma carência de servidores.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 10 2016	10h45min	CFGTC – Audiência Pública para Apresentação de Relatório de Gestão	10

Aí, Presidente, Deputado Delmasso, eu aproveito para dizer que é uma carência crônica. A gente sabe da Lei de Responsabilidade Fiscal, sabemos de todas as dificuldades do governo, mas nós fizemos uma proposta de concurso público, em que mapeamos as áreas essenciais para que haja esse concurso, melhorando o atendimento principalmente na ponta.

É lógico que ao falar isso, a gente fala também da valorização do servidor. A partir de outubro de 2015, 70% dos cargos de gestão foram ocupados por servidores de carreira. Essa característica é voltada à valorização dos saberes das pessoas da Casa e, ao tempo, em aprimorar as características da gestão, voltada à garantia da característica de operação das políticas públicas do Estado.

Ou seja, o objetivo, de fato, é construir uma política de Estado. Nós não estamos pensando agora em uma política, como disse o Deputado Joe Valle, para atender o *solutio* monetário, mas em se criar uma política de Estado. Com servidores bem formados ocupando cargos e formulando-se uma política pública, a gente consegue implementar essa política de forma estruturante.

A formação. O planejamento e as parcerias para efetivar a oferta dos cursos de gestores, do quais eu falei, foram iniciadas em 2015. Em 2016, foram realizadas quatro turmas, com o total de 170 inscritos e 121 concluintes. Ou seja, nós temos uma demanda muito maior do que a oferta dos cursos que a gente consegue fazer, tamanho o interesse dos servidores. A quarta turma ainda está em andamento – ou seja, fechamos agora a quarta turma.

O curso se estabelece como forma de qualificar a gestão dos serviços e a interlocução entre as políticas executadas pela Secretaria, nos diferentes territórios. As vagas são disponibilizadas a todos os servidores da Casa, preferencialmente aos que estão ocupando atualmente os cargos de gestão. Nós não estamos, com isso, priorizando só a gestão; nós estamos priorizando a gestão, porque os servidores estão ali, mas também é um curso que tem uma amplitude muito grande, inclusive atendendo vários servidores que atuam na ponta.

Quanto à Ouvidoria, é um canal direto de comunicação com a população para a garantia da qualidade na oferta dos serviços, para a construção da política e da gestão voltadas à necessidade daquela.

Além da atuação pelos canais de atendimento tradicionais, a atual gestão da Ouvidoria, na Sedestmidh, planejou o projeto Ouvidoria Itinerante. Em 2016, acompanhou ações da Semidh nos territórios.

Isso é interessante. Eu estava conversando ontem à noite com uma equipe e, de fato, a gente tem uma ouvidoria que não fica passiva no gabinete atendendo os chamados dos servidores e as demandas emergenciais deles. Nós estamos atuando nos nossos serviços. É bem interessante essa nova atuação na gestão.

Clima organizacional. O processo foi iniciado em 2015 para avaliar e propor ações na melhoria do clima organizacional. Como parte do processo, foi criado o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 10 2016	10h45min	CFGTC – Audiência Pública para Apresentação de Relatório de Gestão	11

comitê de gestão, com o objetivo de fomentar um ambiente de trabalho favorável ao desenvolvimento profissional e organizacional. Atualmente, estamos trabalhando com a definição das competências essenciais aos cargos, como parte da fase de estabelecimento das ações prioritárias, após pesquisa, sistematização e tabulação dos dados coletados junto aos servidores. Ou seja, tudo converge para a participação direta destes.

Eu já falei da transparência e volto a dizer aqui efetivamente o que a Secretaria tem feito de entregas e de articulação nesse sentido. A garantia do acesso aos dados da Sedestmidh foi viabilizada pela adequação de disponibilidade de dados atualizados nos *sites* das secretarias adjuntas, conforme orientação da Controladoria-Geral.

Em relação à lei de acesso à informação, chegamos a ser avaliados pela própria Controladoria, em 2016, com 79% de transparência. E as devidas atualizações para que a Sedestmidh atinja 100% já estão sendo tomadas.

Quando eu falo aqui de radicalização da transparência, antes da fusão, nós não tínhamos nenhuma avaliação nesse sentido. Agora, nós temos quase 80%, e a meta é chegarmos, Presidente Delmasso, a 100%. Eu acho que esse controle social e a transparência nos ajudam muito no diálogo com a sociedade, que tem conversado conosco, tem nos cobrado, tem nos demandado e tem acompanhado. Seguramente, 100% de transparência é uma meta que nós vamos atingir.

A Sedestmidh desenvolveu um sistema de controle de refeições servidas nos restaurantes comunitários. Cinco restaurantes já foram informatizados. É aquilo que eu falava, que a gente tem trabalhado esses sistemas não só para essa ação, mas para todas as ações da Sedestmidh: Sol Nascente, em maio; Riacho Fundo, junho; Ceilândia, agosto; Gama, agosto e setembro; Sobradinho II, setembro. O sistema possibilitou o maior controle das refeições servidas, atendendo também a uma determinação do Tribunal de Contas do DF.

Naquele *slide*, a gente ressaltava a importância das parcerias. Aqui está um exemplo claro de uma parceria com o Tribunal de Contas do DF.

A equipe de informática da Secretaria está desenvolvendo um sistema de atendimento e gestão da Sedestmidh, que, através do controle de registro e acompanhamento de serviços, irá fornecer informações, com relatórios e indicadores que possibilitarão uma vigilância social mais eficaz. Então, nós temos agora como acompanhar as nossas ações, de fato, *online*. Isso é uma busca constante nossa.

A assessoria jurídica e legislativa busca excelência na orientação jurídica às unidades e aos servidores da Sedestmidh. Normalmente, a manifestação da AJL é elaborada em dois dias – a orientação é para que a gente não tenha uma demanda reprimida. A gente tem conseguido fazer as entregas, sempre observando muito a excelência na orientação jurídica.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 10 2016	10h45min	CFGTC – Audiência Pública para Apresentação de Relatório de Gestão	12

Para vocês terem uma ideia, de um total de 167 processos pendentes de análise, foram analisados e encaminhados 142, até o momento. Também nesse período, foram abertos 118 processos disciplinares. Ou seja, apesar da dificuldade de pessoal, a gente tem feito um trabalho no sentido de encaminhar os processos.

A assessoria jurídica encaminhou, em 2015 – e a apresentação trata de 2015 –, 90 processos de concessão de empréstimos que foram considerados passíveis de investigação pela Polícia Civil, por indícios de fraudes.

Como parte do realinhamento de fluxo, foram estabelecidas duas comissões: a Comissão Permanente de Sindicâncias e Processos Disciplinares e a Comissão de Acumulação de Cargos – lógico que isso é bem específico da área jurídica.

A Unidade de Controle Interno é responsável pela proteção do patrimônio público, seguindo normas voltadas para a fiscalização e acompanhamento dos controles, registros e aplicação dos recursos públicos, zelando pela boa gestão pública. A partir de outubro de 2015, a unidade identificou 95 processos pendentes de análise e analisou 73 até o presente momento.

Vale ressaltar, Sr. Presidente, Deputado Delmasso, que, antes da fusão, nós tínhamos uma situação, de fato, que eu não vou dizer de negligência ou coisa parecida, mas havia uma dificuldade na análise desses processos. Então, nós conseguimos organizá-los e a tendência é que nós analisemos todos.

Bom, gente, paro por aqui.

Falei, com uma visão macro, da gestão, da orientação do gabinete da Sedestmidh para todas as áreas. As áreas específicas, como foi dito no início da fala, ficarão a cargo dos adjuntos.

Então, Sr. Presidente, eu peço permissão para passar a palavra para o Secretário Adjunto do Trabalho, Thiago Jarjour.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Ótimo.

Antes de passar a palavra, eu queria convidar para compor a Mesa a Assessora Técnica da Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, Sra. Renata Melo. (Palmas.)

Eu também convido para compor a Mesa o Ouvidor da Defensoria Pública do DF, Sr. Rodrigo Araújo, que está aqui presente. (Palmas.)

Vou pedir licença para me ausentar por um problema pessoal, uma coisa rápida, por quinze ou vinte minutos.

Passo a Presidência ao Deputado Joe Valle.

(Assume a Presidência o Deputado Joe Valle.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Vamos dar sequência aos trabalhos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 10 2016	10h45min	CFGTC – Audiência Pública para Apresentação de Relatório de Gestão	13

Passo a palavra ao Sr. Secretário Adjunto do Trabalho, Thiago Jarjour, para fazer sua explanação.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sr. Presidente, Deputado Joe Valle, a Marlene fez uma solicitação para falar agora, se o Thiago não se incomodar.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Então, passo a palavra à Secretária Adjunta de Desenvolvimento Social, Sra. Marlene de Fátima Azevedo.

SRA. MARLENE DE FÁTIMA AZEVEDO – Não sou muito um exemplo de dama, mas eu peço para falar primeiro, até pela densidade dessa secretaria adjunta.

Dialogando com as falas anteriormente feitas, é uma pena que o Deputado tenha se afastado, entendo que por um motivo pessoal, mas quero colocar que o Estado tem realmente alguns procedimentos de ordem administrativa que acabam por dificultar dar celeridade a alguns procedimentos. Mas penso que a obrigação da oferta de serviço de qualidade e de prestar serviços, no caso da Sedestmidh, de proteção social a essa demanda é estratégica.

Nesse sentido, eu queria dizer da preocupação com relação à PEC 241, porque ela fere gravemente as políticas sociais e pode trazer consequências drásticas para o desempenho das políticas desta área em nível de Distrito Federal, mesmo porque nós não podemos falar de gastos nesta área, são investimentos. E, dada a crise instalada, essa questão é uma questão para um bom debate. Eu acho que a gente precisa fazer aqui um bom debate sobre essa questão. Mas que, de fato, esta Casa, que é a Casa da Democracia, tenha no seu norte a discussão de um orçamento que seja adequado, de condições que sejam adequadas para o desenvolvimento dessas políticas.

Eu penso que, em respeito inclusive ao trabalho feito pela secretaria, era importante este posicionamento. (Palmas.)

Eu queria também falar da importância que foi o Secretário, hoje Deputado Joe Valle, ter assumido, em outubro, esta pasta. É uma pasta densa, que S.Exa. chamou de monstruosa. Tenho certeza de que isso foi pela dimensão dela, mas eu vou chamar de densa, porque traz, em sua execução, políticas estratégicas que precisam de fato... Essa secretaria precisa, de fato, executar o seu serviço com qualidade e, para isso, precisamos de gente – o Secretário Guto colocou isso. Nós estamos bastante desprovidos no quadro de pessoal, precisamos de estrutura – temos tudo isso planejado – e precisamos de condição, de orçamento adequado para que a gente faça este trabalho.

O Secretário Joe Valle, eu penso, depois de dez meses de execução desta gestão, montou uma equipe valorosa, contando com seus servidores. E, mais do que isso, colocou em execução os seus princípios de fazer valer os direitos da população usuária dos nossos serviços. Então, eu coloco aqui que foi estratégica a sua ida, porque deu outra dimensão ao trabalho feito pela Secretaria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 10 2016	10h45min	CFGTC – Audiência Pública para Apresentação de Relatório de Gestão	14

Ao mesmo tempo, quero cumprimentar o Secretário Guto, que pegou para si a missão de dar continuidade aos serviços da Secretaria com a mesma competência e garra que teve o Secretário, hoje Deputado Joe Valle.

Eu iniciei a fala sem cumprimentar a Mesa e os meus colegas, mas cumprimento neste momento. Eu disse, no início, que não sou exemplo de dama. Então, cumprimento, neste momento, os colegas.

O Deputado Rodrigo Delmasso colocou que este é o momento de a gente apresentar o que nós fizemos e não os problemas, mas eu penso que podemos apresentar o que fizemos e que temos que avançar para os desafios que estão postos, para que a gente cumpra com as nossas tarefas.

Uma primeira parte é que essa Secretaria, em 2015, por dez meses, foi a minha adjunta. A Sedestmidh tão somente cuidava de um pedaço, que era o desenvolvimento social. Então, algumas transparências vão estar relacionadas a uma parte da Sedestmidh que era uma secretaria inteira, a Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social.

O conceito de desenvolvimento social é um conceito amplo, diverso e polêmico, mas, no âmbito do Distrito Federal. No âmbito do Distrito Federal, ela está composta por duas políticas públicas institucionalizadas que são a política de assistência social e a política de segurança alimentar e nutricional. Eu digo institucionalizada, porque ela tem um contexto de legitimidade, de legalidade que dá a ela legitimidade, e nós temos os conselhos, como o Secretário coloca.

No caso da assistência social, nós temos um fundo próprio em que os recursos devem estar alocados e nós temos um planejamento. Então, a gente diz, na política de assistência social, que a gente tem um CPF – o conselho, o planejamento e o fundo. É isso que dá institucionalidade a ela. E, no caso da segurança alimentar, da mesma forma: o conselho e uma câmara intersetorial, que decide quais são as políticas a serem colocadas.

Eu digo isso, porque, historicamente, a assistência social, principalmente, tem uma característica de juntar ações que não são próprias do serviço público. São ações assistencialistas, muitas vezes, sem nenhum formato de execução pública, e isso a gente tem que apontar. Eu me vejo na obrigação de apontar aqui para colocar que toda essa política desenvolvida pela Secretaria de Desenvolvimento Social tem essa institucionalidade.

Iniciando a apresentação, eu vou dizer que a Secretaria Adjunta de Desenvolvimento Social conta com 1.699 servidores no seu quadro. É um quadro grande, mas muito insuficiente para a tarefa que está posta.

Então, quando o Secretário Guto coloca aqui sobre questão do concurso, essa é uma condição para que a gente preste serviço com qualidade. Acho importante, não só para o desenvolvimento social, mas para toda a Sedestmidh, sob pena de nós estrangularmos e não cumprirmos com nossa obrigação institucional.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 10 2016	10h45min	CFGTC – Audiência Pública para Apresentação de Relatório de Gestão	15

Então, hoje, nós temos 1.699 para mais de 80 unidades de execução das duas políticas a que eu fiz referência aqui.

Saindo aqui do meu início, eu queria colocar muito claramente que isso não foi nenhuma indisciplina, mas eu acho que a gente tem que contextualizar para iniciar a apresentação.

Então, o orçamento da Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social foi, em 2015, de cerca de 271 milhões e aí a miudeza está posta lá. Isso, da Lei orçamentária. Ele teve um valor disponibilizado de R\$272 milhões. Eu vou explicar aqui o que é que aconteceu. Deve ter sido aprovado um valor e ter sido disponibilizado outro. Houve uma suplementação da ordem de 10 milhões de reais, mas houve um contingenciamento de 9 milhões. Então, o que era para ser 271, na verdade, se reverteu aí em 272.

O valor empenhado foi de 276 milhões... Eu diria que, a partir de outubro, houve um grande trabalho, no sentido de que a gente fizesse a execução – não uma execução sem o planejamento devido, mas que nós fizéssemos a execução adequada do recurso – e nós alcançamos aí uma margem bastante importante: de 97% do valor empenhado, que era de 266 milhões, fazendo a execução de 258 milhões.

Eu queria colocar que a execução só não é maior porque a gente tem esses procedimentos próprios da administração, em que, às vezes, nós não conseguimos fazer com que o orçamento seja utilizado.

Então, as explicações sobre a questão de constituição do orçamento, as de suplementação e a de execução, estão postas, neste quadro, com este formato. Este é o orçamento da Secretaria de desenvolvimento Humano e Social, que hoje representa a Secretaria Adjunta de Desenvolvimento Social.

O primeiro programa temático colocado aí é o de garantia do direito humano à alimentação saudável. Esse direito é constitucional – art. 6º da Constituição – nós temos aí, em termos de orçamento, da previsão de orçamento e de aprovação de lei: cerca de 40 milhões; um valor disponibilizado de 50 milhões. Aí eu fiz referência anteriormente ao fato de que houve uma suplementação, mas houve um contingenciamento, então, o valor empenhado foi de 42 milhões e o liquidado, de 21 milhões.

A grande questão de a liquidação ser bem inferior ao disponibilizado, embora tenham sido feitos remanejamentos internos na Secretaria e contingenciamento no âmbito da Seplag, houve também uma queda na execução orçamentária devido ao aumento do valor do preço da alimentação nos restaurantes comunitários. Nós tivemos unidades... Nós tínhamos treze, quatorze, agora, ultimamente. Mas, tivemos unidades, em que a diminuição foi de cerca de 70% na utilização. Quando se passou de um 1 real para 3 reais, houve um impacto, até mesmo porque algumas dessas unidades não estão postas em espaços em que você tenha a população mais carente próxima. Então, as pessoas, às vezes, têm que utilizar o ônibus.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 10 2016	10h45min	CFGTC – Audiência Pública para Apresentação de Relatório de Gestão	16

Como também houve aumento das passagens, no ano passado... Eu entendo que tenha sido uma medida tomada em virtude da situação fiscal do Distrito Federal, mas isso teve uma repercussão. Nesse sentido, houve – mais uma vez, coloco aqui a importância na condução do então Secretário Joe Valle – todo um planejamento para que a gente fizesse o reordenamento desses valores, considerando a realidade social do Distrito Federal, que conta com um número crescente de pessoas em situação de vulnerabilidade e de pobreza. Nesse sentido, fizemos todo um planejamento para que houvesse a diminuição, principalmente para os demandantes desse serviço que são cadastrados no Cadastro Único do Governo Federal, sendo, portanto, o nosso público prioritário.

Nós temos hoje, felizmente, já a redução, em 1 real, para as pessoas cuja renda *per capita* seja de meio salário mínimo ou cuja renda familiar seja de até três salários mínimos. Isso tudo foi feito com controle. O Secretário falou aqui do controle e do registro nos restaurantes. A gente tem hoje, conseguido aumentar de forma ainda não satisfatória, custo em 2 reais para os demais.

Eu estou fazendo uma explanação. Creio que lá, na frente, como está colocado... A gente vai adiantando, porque ainda faltam dois companheiros para apresentar.

No tocante à transferência de renda, que está entendida, no Distrito Federal, como uma complementação ao programa Bolsa Família, pactuado pelo Governo Federal e previsto na legislação, da mesma forma, o Deputado Joe Valle teve uma importância grande na aprovação dessa lei porque há questões aqui que estão para além da assistência social: elas estão também na segurança alimentar. Então, há a Lei do DF sem Miséria.

Nós temos aí uma média de atendimento/mês, em 2015, de 62 mil famílias que recebem essa complementação. Daí a Lei Orçamentária está com 24 milhões, mas o valor que foi dito e liquidado ultrapassa a casa dos 50 milhões. Só a título de informação: o acesso a essa complementação se dá para aquela população beneficiária do programa Bolsa Família que, depois de receber o benefício, ainda tem uma renda *per capita* de menos de 140 reais. Elas recebem uma complementação para que a renda *per capita* familiar chegue a 140 reais. Então, essas 62 mil famílias recebem essa complementação, no Distrito Federal, de forma pactuada.

Esse recurso não é repassado diretamente pelo Distrito Federal e quem faz a seleção das famílias não somos nós. É uma seleção feita pelo sistema do Governo Federal, da Caixa Econômica. Faz-se a seleção das famílias sem nenhuma interferência da gestão ou de quaisquer outras pessoas para a seleção.

Nós temos também as ações complementares de transferência de renda, algumas delas eram reminiscências mesmo dos antigos programas de distribuição de renda do Distrito Federal. Aí a gente tem a Bolsa Alfa, que é o valor de 35 reais por família que tem membros no EJA ou no DF Alfabetizado. Nós temos hoje um total de duzentas famílias que recebem essa complementação. Temos o Bolsa Social, em que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 10 2016	10h45min	CFGTC – Audiência Pública para Apresentação de Relatório de Gestão	17

nós tínhamos, em 2015, cerca de trinta famílias. Essas pessoas são de famílias que estavam cadastradas. No entanto, não foram capturadas pelo Programa Bolsa Família e recebiam um valor de 130 reais. Então, para elas não serem desprotegidas, quando houve a unificação dos programas, elas permaneceram.

E Temos o Bolsa-Escola, que é para famílias com renda de até meio salário mínimo que têm crianças e adolescentes em idade escolar. Era repassado um valor de 130 reais por família com uma criança; 150 reais, duas crianças e adolescentes em idade escolar; 180 reais para três.

Hoje, dessas duas bolas aí, nós só temos cinco famílias que estão recebendo esses benefícios. Por quê? As demais já foram capturadas pelo Programa Bolsa Família, e aquelas que fazem jus estão recebendo do DF Sem Miséria.

Do Fundo de Assistência Social eu falei do CPF, da Política de Assistência Social. O Fundo de Assistência Social é o F aí, do CPF. Nele devem estar todos os recursos para o investimento nesta área. E esses recursos, e esse fundo fica sobre o controle do Conselho de Assistência Social. Não há de se falar em aprovação de orçamento, em execução e em reordenamento senão for aprovado pelo Conselho de Assistência Social, que é um órgão paritário, formado por dezenove membros, nove do Governo e nove da sociedade civil, que tem a obrigação, dentro de sua missão, de controlar os recursos da assistência social.

O orçamento só pode ser encaminhado à Câmara Legislativa depois de aprovado pelo Conselho.

Nós temos aí, do Fundo, a Lei Orçamentária de 59 milhões. O valor disponibilizado... Ou seja, houve suplementação de 78; empenhado, 99% do disponibilizado, e liquidado, 75 milhões a partir do empenhado.

Aqui estão todos os recursos destinados à execução dos serviços, dos benefícios, dos programas e dos projetos no âmbito da assistência social. Não há legalidade de se colocar a execução desses serviços fora do Fundo de Assistência, ou seja, na unidade Secretaria. Por quê? Eles saem do controle social e não podem... Os gestores respondem inclusive se houver alguma situação dessa natureza.

Com relação ao Fundo de Combate à Erradicação da Pobreza, que está também sob a nossa responsabilidade, em 2015, nós tivemos, na Lei Orçamentária Anual, a destinação de 47 milhões, o valor disponibilizado de 29; o empenhado foi de 99% deste, e liquidado, de 92% deste.

Esse valor do Fundo é destinado ao repasse da complementação do Bolsa Família, que é o DF Sem Miséria, que hoje representa cerca de 8 milhões por mês. Então, nós temos aí esse valor. Ele complementa o valor da Secretaria para a execução dessa atividade especificamente.

Eu vou dar uma acelerada, até para nós passarmos para toda a Secretaria. Nós temos aí apontadas as novas unidades que hoje estão em funcionamento. E eu colocaria aqui primeiro a finalização, em 2015, das obras do restaurante, que nós



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 10 2016	10h45min	CFGTC – Audiência Pública para Apresentação de Relatório de Gestão	18

chamamos de Sol Nascente. Na verdade, ele não é no Sol Nascente, ele é próximo ao Sol Nascente, mas ele foi batizado assim, e aí a gente o chama de Restaurante Sol Nascente, porque a ideia era atender àquela comunidade. Ele foi inaugurando em 2016. Nesse restaurante, a gente tem a previsão... Recentemente saiu o decreto que regulamenta também que se sirva o café da manhã e o jantar a preço de 50 centavos, preço único. A gente vai iniciar com o café da manhã no Restaurante Sol Nascente. Depois vamos para o jantar. E a ideia é que a gente faça com a devida condição orçamentária – não é, Daniela? – para os demais, e com a garantia legal também, porque não há... até com processos licitatórios, porque não há, nos processos licitatórios, nos contratos hoje feitos, a previsão desta oferta.

Nós tivemos uma importante entrega aqui, em Samambaia, que é a do Creas – foi feita em 2016, mas foi uma obra iniciada durante a gestão do então Secretário Joe Valle. E esse Creas, que tem por obrigação o atendimento à população que tem situação de violação e violência no âmbito do contexto familiar, era atendido numa unidade bastante inadequada, em termos de estrutura. Eles faziam com que o atendimento fosse diminuto, mas hoje há uma boa estrutura para o atendimento. Atende também ao Recanto das Emas. Então, nós temos essa entrega que foi feita, uma obra que foi feita num período relativamente curto, em condições bastante positivas.

Nós tivemos iniciadas, em 2015, a reforma e a manutenção – não pulei nenhuma aí, não – não é? – dos restaurantes comunitários do Gama, do Itapuã, de Samambaia, de Sobradinho, de Ceilândia e de Planaltina. E aqui eu coloco esses seis, porque nós fizemos um processo, que está no próximo *slide*. Nós tivemos iniciado o processo de encerramento de seis contratos que eram emergenciais. Portanto, nós fizemos os procedimentos licitatórios e contratamos as empresas desses restaurantes que eu coloquei. E, durante o processo de repasse de empresas, nós fomos fazendo as reformas. Essa é uma questão importante, porque os contratos feitos dessa forma demonstram transparência e melhora a execução dos serviços.

O Deputado Joe Valle colocou a aquisição de veículos. Esses veículos foram comprados com recursos da área federal destinados às unidades de atendimento. E eles são de um índice de gestão que denominamos descentralizada. É uma remuneração feita aos gestores que cumprem a sua obrigação de qualificar e fazer o cadastro único. Então, nós tínhamos um montante de recursos, adquirimos trinta veículos – a programação era comprarmos 41; 11 vans, inclusive, para distribuímos para as nossas unidades, mas, para a nossa surpresa e infelicidade, a empresa contratada – como é que se chama, a do carro? –, a montadora descontinuou a produção. Então, foi uma infelicidade, Deputado, e nós não pudemos fazer a aquisição. Acharmos melhor, então, não fazer o investimento para essa aquisição, mas isso aqui deu um fôlego enorme para as nossas unidades, gente. O carro aqui é utilizado para as visitas domiciliares, ele é utilizado para a articulação de rede nos territórios.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 10 2016	10h45min	CFGTC – Audiência Pública para Apresentação de Relatório de Gestão	19

Hoje, nós temos um grande problema: não temos motorista. Quem faz a condução são os nossos servidores, que são autorizados a fazer. Nós estamos providenciando. A Suag já está na construção de dois termos de referência: um para que a gente faça o seguro desses carros para dar segurança, inclusive, a quem conduz e, outro, a contratação de uma empresa para motoristas para que a gente tenha, então, essa questão coberta.

Esse, eu diria, foi um golaço! Nós pegamos o dinheiro em tempo recorde. Pegamos um dinheiro que estava disponibilizado – não é isso, Secretário? – e fizemos a aquisição, uma adesão à ata, e conseguimos dar um respiro para nossas unidades.

Eu falei da política de assistência social, falei da institucionalidade. Ela hoje é ordenada e prevista no Sistema Único de Assistência Social, a exemplo do SUS. Ela tem uma unicidade nas suas ofertas. Então, a mesma constituição posta no âmbito do Distrito Federal, você enxerga em quaisquer municípios brasileiros. Inclusive, na minha cidade que é uma cidade pequena do interior de Minas, mas tem a mesma estrutura posta aqui. Então, em qualquer lugar em que as pessoas vão, verão lá: CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, que é a unidade posta para atender a situações e evitar violações de direito.

Nós temos 27 Cras no Distrito Federal. Precisamos de muito mais, porque esses Cras têm uma demanda prevista de atendimento, sendo que foram feitos 21.018 atendimentos, principalmente a questão de cadastro único; 152.050 atendimentos integrais às famílias que procuram os nossos serviços; e 17 centros de convivência, que atenderam 5.585 pessoas. Esse centro de convivência oferece serviço de convivência com oferecimento de vínculos, atendem crianças, adolescentes e idosos.

O objetivo desse serviço é fazer o fortalecimento desse vínculo tanto no âmbito da família quanto no comunitário. São nove Creas que fazem atendimentos às famílias já com situação de violação de direito e violência. Isso é muito pouco para o Distrito Federal. Só um exemplo: CREAS de Brasília – Centro de Referência Especializado de Assistência Social de Brasília, atende treze regiões administrativas. Então, é praticamente impossível você prestar... E aí nós temos, fazendo coro à questão de necessidade de pessoal, nós temos aí sérias situações de violência e violação que ficam na fila de espera para o atendimento. Há um centro de diversidade, que atende aqui tanto à questão de gênero, quanto de discriminação religiosa e outros que funcionam aqui em Brasília também. Esse fez 1.961 atendimentos. E ainda dois centros POP, que são unidades de referências para a população em situação de rua. Esses fizeram – existe um aqui em Brasília e um em Taguatinga – 42.998 atendimentos. Isso não significa número de pessoas, mas atendimentos, pois essas pessoas retornam às nossas unidades.

Ainda, como unidade da secretaria adjunta, nós totalizamos mais de oitenta, conforme eu coloquei. Nós temos cinco unidades de acolhimento. Atendemos uma



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 10 2016	10h45min	CFGTC – Audiência Pública para Apresentação de Relatório de Gestão	20

média mensal de 536 pessoas porque, às vezes, a pessoa fica três meses, mas pode ficar uma semana ou um dia. Então, são pessoas atendidas. Não significa este número que estejam todas no final do ano. Mas, nós temos uma Unidade de Acolhimento a Mulheres em Taguatinga; uma Unidade de Acolhimento a Idosos em Taguatinga; e uma a adultos e famílias. Então, um Unam, uma Unai, o Unaf de adultos, de indivíduos e famílias, em Taguatinga; uma Unidade de Atendimento a Crianças e Adolescentes com histórico de situação de rua, a Unacas; e três casas descentralizadas de atendimento a crianças e adolescentes – uma no Recanto das Emas, uma no Guará e uma na M Norte –, além de uma central de vagas e acolhimento que recepciona toda a demanda para o encaminhamento.

Temos aí colocada a unidade SUS 24 horas. Essa unidade funciona 24 horas para atendimento a contingências. Ela fez uma realização de mais de 13 mil atendimentos. E temos também as abordagens feitas à população em situação de rua.

Quero colocar aqui que as abordagens à população de rua não significam nem devem significar a retirada dessa população de forma higienista. Atuamos no sentido de fazermos o atendimento e trabalharmos com essa pessoa para que ela resgate sua vida e saia do ambiente da rua. Esse trabalho é feito de forma parceira com uma entidade no Distrito Federal. Hoje é a Casa de Santo André que tem as equipes de abordagem em todo o Distrito Federal.

Nós estamos fazendo um novo chamado para esse atendimento e nele está previsto o levantamento da população em situação de rua. O último feito foi em 2012 e nós precisamos contar a população de rua; não só contar, mas prestar o atendimento que é destinado a ela.

Ainda falta muita coisa, Thiago e Renata, mas vou pular para a gente ser...

Da rede complementar nós temos 42 entidades socioassistenciais que tinham convênio conosco. Hoje elas têm termos de colaboração, porque nós adequamos ao marco regulatório das organizações da sociedade civil. É uma lei federal que foi recepcionada no Distrito Federal. Nós conseguimos transformar todos os nossos convênios em termos de colaboração sem que houvesse interrupção do atendimento.

Então, no serviço de convivência, o fortalecimento de vínculos, como eu disse, destinado à criança, ao adolescente e aos idosos, nós temos pactuadas 4.350 vagas; de acolhimento para adultos e famílias, 446 vagas; do acolhimento institucional para idosos na modalidade abrigo institucional, 221 vagas; o serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, 265; o serviço de proteção social para pessoas com deficiências e suas famílias, ações de habilitação e reabilitação para pessoas com deficiência, 980 vagas; e o serviço de abordagem social, capacidade de atendimento 2 mil pessoas/mês. Essas 2 mil foram em virtude da identificação feita em 2012. A gente tinha cerca de 2 mil pessoas em situação de rua. Seguramente esse número é bem maior. A gente tem uma estimativa de 3 mil



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 10 2016	10h45min	CFGTC – Audiência Pública para Apresentação de Relatório de Gestão	21

pessoas. Essas entidades prestam um trabalho estratégico, porque complementam as ações do Estado.

Ainda no âmbito do sistema único, eu falei de serviços. Agora os benefícios que estão postos são eventuais, mas também de outra natureza. Nós concedemos auxílio-natalidade, que tem uma previsão de ordem legal. Então, é para famílias que têm mulheres que tiveram filhos recentemente. O benefício por morte é 74. Infelizmente nós não tivemos só 74 mortes no Distrito Federal. Isso aqui no atendimento é o seguinte: são aquelas pessoas que não acessaram as urnas mortuárias. O que nós disponibilizamos está sob a nossa responsabilidade. Então, o auxílio-funeral, que atendeu 1.050 pessoas, é para atendimento à população em situação de vulnerabilidade e a gente repassa, concede a urna e o sepultamento dessas pessoas que vieram a óbito aqui. Quando nós não temos esse serviço disponível, a gente faz a concessão de recursos, ou quando você vai cobrir alguma despesa que a família teve sem que houvesse a cobertura do Estado. O de vulnerabilidade, 4.155. Este é um benefício de 408 reais, destinado às famílias que estão passando por situação de alguma eventualidade, e que precisam do recurso.

O excepcional é o recurso destinado à complementação do apoio à política de habitação. O valor é de 600 reais por mês. Foram feitos 17.620 repasses em 2015. Assim que entramos, em outubro, fizemos uma reavaliação do número das pessoas que estavam recebendo. Houve uma diminuição, porque cumprimos rigorosamente o que estava colocado na legislação, que é o repasse de até seis para quem está inscrito na Codhab e de doze parcelas para quem está habilitado – ele é complementar à política de habitação.

Eu já falei dos termos de colaboração aqui.

As conferências, tanto a X quanto a XI Conferência de Assistência Social, realizadas no Distrito Federal, avaliam o executado e deliberam sobre as novas ações a serem desenvolvidas.

Para os 14 restaurantes hoje há uma previsão de 24 mil refeições por dia. O total de refeições por ano está posto ali também. Eu já falei da redução, capitaneada pelo então Secretário Joe Valle, dos valores do restaurante.

O Provisan é o programa de provimento alimentar para entidades socioassistenciais de educação, comunidades terapêuticas e para alguns serviços nossos, do Estado. Trata do repasse de leite e derivados para complementação alimentar das crianças, adolescentes, idosos, pessoas atendidas. São 191 entidades atendidas, 130 mil pessoas que recebem produtos da agricultura familiar. Há também a previsão, feita em legislação do Deputado Joe Valle, que se soma ao DF Sem Miséria.

A meta para distribuição de cestas de alimentos – estas, sim, são para pessoas físicas –, de acordo com o atendimento na nossa unidade, é de 90 mil cestas. Foi firmado um contrato, em dezembro de 2015, que agrega, para as famílias



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 10 2016	10h45min	CFGTC – Audiência Pública para Apresentação de Relatório de Gestão	22

que necessitam, cestas verdes, com verduras, frutas e legumes, para complementar a alimentação.

Há a previsão de 24 mil cestas para 2016. Nós estamos fazendo um reordenamento da entrega dessas cestas. Hoje temos uma demanda de mais de 6 mil cestas de alimentos, por mês. A previsão contratual é de aquisição de 5 mil, e a de entrega é de 2.500. Estamos fazendo o contrato que vai ser firmado. Ele prevê 8 mil entregas e 8 mil aquisições.

Também falei da segurança alimentar. Só para complementar, foram feitas conferências regional e distrital. A participação do Distrito Federal na Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional teve a intenção de fazer a reavaliação do balanço do Plano Distrital de Segurança Alimentar – está em construção o segundo.

Por último, não menos importante, há o atendimento a movimentos sociais. Eu listaria aqui o MST, o MTST, o MRP e os catadores organizados. Nós fazemos tanto o atendimento para a inserção nos nossos serviços e acesso a benefícios, além da segurança alimentar, quanto a mediação para o acesso a outras políticas públicas.

Eu vou concluir por aqui, embora haja ainda muitas outras coisas. Aponto que o trabalho é enorme, e a responsabilidade, maior ainda, porque a demanda é muito maior do que a oferta que hoje a gente faz. A necessidade é muito maior.

Penso, Deputado, que é importante fazer com que a Câmara Legislativa esteja muito atenta ao orçamento destinado a essa área, não só a Seads, mas toda a Sedestmidh, e que a gente possa, além disso, agregar o concurso.

Eu não falei da manutenção das nossas unidades, que a gente já está fazendo. Há um grande contrato, já em finalização, para a gente melhorar as condições de trabalho das nossas unidades e ofertar melhor os serviços.

Eu agradeço e peço desculpas. Seguramente, o cardápio de questões postas à Seads – de forma alguma que o das outras seja menor – é muito diverso, e eu precisava de um pouquinho mais de tempo. Eu negocieei, barganhei isso para apontar aqui todas as questões.

Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito agradecido, Marlene.

Realmente, é uma secretaria de um porte grande, gigantesco. Ainda mais num momento em que o sistema que nós vivemos, que é um sistema para uma sociedade de consumo, exclui muito mais do que inclui.

Daí, logicamente, a rede de proteção social é extremamente demandada, o que nos traz até uma questão paradoxal: aumento de crise, diminuição de recurso e necessidade de se atenderem mais pessoas. É uma lógica difícil de resolver, mas a gente tem certeza absoluta de que, com a capacidade de inteligência instalada, altruísmo e a vontade de trabalhar dessa Secretaria, as coisas têm melhorado para a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 10 2016	10h45min	CFGTC – Audiência Pública para Apresentação de Relatório de Gestão	23

vida das pessoas aqui no Distrito Federal. Eu tenho acompanhado isso diuturnamente.

Depois nós vamos ter uma relação de perguntas, mas eu queria já adiantar duas coisas importantes à nossa Secretária Executiva: que ela agende uma visita da Comissão à Unacas – isso vai ser seguido de um requerimento de fiscalização.

A segunda coisa seria uma orientação quanto ao sistema de entrega de cestas. Aqui na Câmara, eu tenho recebido muitas reclamações. Há discursos de Deputados que falam de forma muito incisiva sobre a demora entre o pedido e o recebimento de uma cesta. Já que se trata de uma cesta emergencial, passados dois, três meses para a entrega, perde-se a função. Entendo, já sei, conheço bastante o problema, mas eu queria só ressaltar isso, porque é uma constante para os Deputados desta Casa. Então, a gente vai trabalhar nesse sentido.

Eu queria agradecer a presença do Rodrigo Araújo, a quem eu passo a palavra para tecer alguns comentários bem rápidos.

SR. RODRIGO ARAÚJO – Sr. Presidente e demais da Mesa, boa tarde. Pessoal, boa tarde.

Como o Presidente Deputado Joe Valle falou, meu nome é Rodrigo Araújo. Estou como Ouvidor-Geral da Defensoria Pública do Distrito Federal e vim a esta audiência com um único propósito: conhecer um pouco mais a Sedestmidh.

Primeiramente, quero parabenizar o Deputado, como então Secretário, pelo *staff* que ele tem: o Dr. Victor, a Dra. Renata. Desde o princípio, quando nós entramos, de fato, para atuar no controle social como Ouvidoria da Defensoria Pública do Distrito Federal, não tivemos nenhum tipo de problema. Muito pelo contrário: um apoio extremamente importante que nos fez titularizar dois defensores na Defensoria de Direitos Humanos. Nós tínhamos uma estrutura, mas não tínhamos a titularização. Isso se deve muito ao trabalho do senhor e da sua equipe – hoje, do Secretário Guto, mas, até então era o senhor. Por isso, eu quero parabenizá-los.

A Defensoria Pública do Distrito Federal tem muitos projetos de cunho social nos quais nós estamos utilizando principalmente o Dr. Victor, a sua equipe e a Dra. Renata. Nós temos uma programação bastante extensa até junho do ano que vem. A Sedestmidh tem sido de suma importância para a valorização do assistido.

A Defensoria Pública do Distrito Federal, como agente de assistência jurídica, não apenas auxilia os invisíveis nas questões jurídicas, mas também em questões sociais. A Sedestmidh tem me dado um apoio como ouvidor. A Defensoria, na pessoa do Dr. Ricardo... Eu, analisando aqui, não tinha dimensão do trabalho que é feito e quero agradecer a oportunidade de estar aqui. Vou encerrar minha fala.

Só quero dizer que a Defensoria Pública do Distrito Federal está de portas abertas para que todos possam ter um acesso à sua carta de serviço. Nós vamos, sim, conseguir fazer com que a Sedestmidh nos apoie em todos os projetos de cunho social e jurídico para que o cidadão seja assistido da melhor forma possível.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 10 2016	10h45min	CFGTC – Audiência Pública para Apresentação de Relatório de Gestão	24

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Dr. Rodrigo.

De verdade, é extremamente importante esse processo e essa parceria. Eu estive, enquanto secretário, com o Dr. Ricardo, buscando formalizar uma parceria, já que fazíamos esse contato quase diário dessas necessidades, porque a Defensoria é fundamental nesse processo dessa rede de proteção social. Então, a gente sabe, como o senhor mesmo falou, da invisibilidade de parte da sociedade que é excluída. A nossa sociedade muitas vezes não quer ver o que ela exclui, ela quer que fique fora do alcance do seu espectro visual. Porque dizem que, quando os olhos não veem, o coração não sente, mas as coisas estão aí, estão colocadas e são coisas do tipo: um grupo de prefeitos de quadra me procura e fala: "Por favor, Sr. Secretário, você não está fazendo nada?" Eu falei: "Mas como não estou fazendo nada?" "Retirem essas pessoas das nossas quadras, está aumentando a população de rua". Eu perguntei para os prefeitos: "Sim, mas retiro para onde?" E eles falaram: "Não quero saber. Você dá um jeito. Se vira", porque as pessoas não têm noção do processo.

A classe média é complicada e complexa nesse sentido. Temos de trabalhar isso para que as pessoas pensem que o nosso modelo de sociedade está com um problema muito sério, e nós não conseguimos reciclar esse processo. Está para além da nossa capacidade. Então, as cidades ficam cada vez mais insustentáveis, e a própria sociedade precisa entender que essa é uma função dela mesma e que o Estado vive isso, porque o Estado é a sociedade. Quando as pessoas colocam os Deputados aqui, é a sociedade, e são tratados como outras coisas.

Essa Secretaria enfrenta uma dificuldade enorme de constituição mesmo. Estou pregando isso muito, porque precisamos muito rapidamente de uma reinvenção do Estado, e não é de privatização que estou falando, mas de trabalhar uma nova Constituição para o nosso País. Nós chegamos a todos os limites.

Quero agradecer porque a Defensoria... eu participei junto com defensores de trabalhos que só a Defensoria poderia fazer. Agradeço a participação e vamos dar prosseguimento ao nosso trabalho.

Passo a palavra agora ao Secretário Adjunto do Trabalho, Thiago Jarjour, para fazer suas considerações, lembrando do tempo.

SR. THIAGO JARJOUR – Bom dia. Queria cumprimentar o Deputado Joe Valle, exercendo a Presidência desta Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle; o Secretário da Sedestmidh, Gutemberg Gomes; a colega querida Marlene Azevedo, Secretária Adjunta; a Renata Melo e todos os colegas da Secretaria.

Vou tentar ser bem breve na apresentação.

A gente começa demonstrando o orçamento que estava previsto para o ano de 2015, na LOA (Lei Orçamentária Anual), 29 milhões e tendo como valor



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 10 2016	10h45min	CFGTC – Audiência Pública para Apresentação de Relatório de Gestão	25

disponibilizado 66 milhões. Essa diferença se dá basicamente pela vinda dos programas temáticos da Fábrica Social, que até então não faziam parte dessa Secretaria – a gente agregou a Fábrica Social e seus programas temáticos e tivemos esse acréscimo. Tivemos 57 milhões de valor empenhado e a execução liquidada de 51 milhões, que representa 89% do valor empenhado.

Aqui a gente tem o demonstrativo do FUNGER – Fundo de Geração de Emprego e Renda, que hoje tem o nome fantasia de Prospera, nosso programa de microcrédito orientado. Na LOA a gente tinha a previsão de R\$10.467.000,00 (dez milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil reais). Na verdade, só foram disponibilizados R\$3.266.000,00 (três milhões, duzentos e sessenta e seis mil reais). Infelizmente, por conta de todas as dificuldades que o governo passava à época, a gente teve o contingenciamento de boa parte desse dinheiro. Tivemos o empenho desses R\$3.266.000,00 (três milhões, duzentos e sessenta e seis mil reais) e conseguimos liquidar R\$3.239.000,00 (três milhões, duzentos e trinta e nove mil reais), que representam 99% do empenho. Havia outro *slide* que acho que ficou um pouco mais para frente, mas, tudo bem, mudaram a ordem.

Em relação ao atendimento ao trabalhador e ao empregador, que reflete os serviços prestados nas nossas 17 agências do trabalhador espalhadas pelo território do Distrito Federal, a gente teve, no ano de 2015, a emissão de 24.638 carteiras de trabalho. Ali está “digitais”, mas a gente deve lembrar que, até setembro de 2015, a carteira, Deputado, ainda era feita de forma manual. Nós éramos um dos últimos estados que ainda não tinham implementado a carteira digital. A gente se esforçou bastante e se empenhou muito para que isso acontecesse a partir de setembro. Nós tivemos, ao longo de 2015, 61.426 trabalhadores encaminhados às vagas de emprego e tivemos 32.263 novos postos de trabalho, vagas de trabalho captadas através das agências. Isso foi uma grande vitória para nós, no ano de 2015, e eu cumprimento o Subsecretário Antônio Vieira, que envidou bastante esforço para que isso acontecesse.

Nós lançamos a agência do trabalhador exclusiva para pessoas com deficiência. É a terceira do tipo no País. Só existem outras duas, uma em São Paulo, outra em Curitiba. Desde dezembro de 2015 até setembro de 2016, porque ela foi inaugurada na última semana de novembro do ano passado, já foram feitos 4.706 atendimentos. Ela nem completou um ano ainda, a gente não tem uma série histórica relevante para medir como está a efetividade dela, mas a gente já tem tido excelentes retornos dos resultados.

O Prospera. Lá atrás, em outro slide, eu falei que o valor empenhado foi R\$3.266.000,00 (três milhões, duzentos e sessenta e seis mil reais) e o valor liquidado foi R\$3.239.000,00 (três milhões, duzentos e trinta e nove mil reais). Existe essa diferença de aproximadamente 200 mil porque, efetivamente, a gente liberou R\$3.030.000,00 (três milhões e trinta mil reais) para 248 microempreendedores. Essa diferença de 200 mil se dá por contratos que não foram efetivados; as pessoas desistiram, depois de terem seus créditos aprovados. E, aí, a gente teve, no ano



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 10 2016	10h45min	CFGTC – Audiência Pública para Apresentação de Relatório de Gestão	26

passado, 195 empreendedores da área urbana, representando R\$2.108.000,00 (dois milhões, cento e oito mil reais) de empréstimos, e 53 empreendedores da área rural que representaram no ano passado R\$921.000,00 (novecentos e vinte e um mil reais) concedidos em empréstimos do Prospera.

Quanto à Fábrica Social, a gente teve no ano passado 1.401 pessoas qualificadas pela Fábrica, que é um centro de capacitação profissional. Dessas, foram 1.351 pessoas na área têxtil, que tinham ingressado na Fábrica desde 2013 – o programa se dá ao longo de dois anos –, e nós tivemos o ingresso, no ano de 2015, de mais de cinquenta alunos na construção civil que foram formados pela Fábrica Social também. Só no ano de 2015, a Fábrica distribuiu 634.090 itens para órgãos de toda natureza do Distrito Federal.

O Programa Qualifica Mais Brasília, que é o nosso programa de qualificação profissional, de fato, passa a ser concebido no ano de 2015 – foi um ano de construção –, e nós lançamos, na verdade no ano de 2016, no dia 21 de março, 21 cursos de qualificação profissional na modalidade de ensino a distância, através de um portal. Quando lançado no dia 21 de março de 2016, Deputada, a nossa meta era ter dez mil vagas oferecidas no portal. Depois, chegando a sete meses de programa, a gente tem 28.069 pessoas escritas, chegando à marca de 10.049 concluintes de cursos, sendo que a maior parte dessas pessoas, desses dez mil, fizeram pelo menos mais de 3 dos 21 cursos que foram oferecidos.

A gente tem aí o histórico de que nunca a Secretaria de Trabalho qualificou tanta gente em tão pouco tempo, de forma tão exitosa.

No ano passado ainda, como se estava envidando muitos esforços para a construção do portal, a gente conseguiu oferecer muito pouco de atividade de qualificação profissional. Mas, mesmo assim, nós fizemos onze atividades de cursos presenciais, nas quais tivemos 264 alunos formados nos meses de outubro, novembro e dezembro.

Bom, existem algumas ações complementares...

Tivemos a criação do Circuito Ecosol de Economia Solidária, porque uma das responsabilidades e atribuições da Subsecretaria de Microcrédito e Empreendedorismo é cuidar das políticas públicas de economia solidária. A gente criou esse circuito, que foi um grande avanço, porque, na verdade, a economia solidária está muito tímida ainda, no âmbito do Distrito Federal, se sentindo muito pouco amparada. Aí, a gente criou esse circuito para rodar todas as regiões administrativas do Distrito Federal, num intervalo de, no máximo, dois meses.

A gente está sempre provocando feiras e espaços de comercialização para os empreendimentos da economia solidária. Também estamos fazendo o mapeamento atual dos empreendimentos de economia solidária do Distrito Federal.

Bom, esse é um projeto que o Deputado conhece muito bem, até porque foi ideia e concepção dele, antes de ele ir para a Secretaria. Surgiu a ideia de se fazer



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 10 2016	10h45min	CFGTC – Audiência Pública para Apresentação de Relatório de Gestão	27

um evento chamado Quinta Cultural, com o viés de aproximar alguns segmentos de empreendedorismo, como os *food trucks*, e algumas pessoas do empreendedorismo cultural, com foco na revitalização do Setor Comercial Sul.

Esse evento está aqui, nesta prestação de contas, mesmo sendo do ano de 2015, porque foram meses de construção da logística de como isso poderia funcionar, uma vez que envolvia outros órgãos do Distrito Federal também, como a Secretaria de Segurança Pública e o Detran. Em março de 2016, a gente deu início a essa Quinta Cultural, todas as quintas-feiras, na quadra 4, do Setor Comercial Sul.

O evento cresceu, ganhou um porte muito considerável, muito respeitado e a gente teve, ao longo de 2016, 29 Quintas Culturais consecutivas, todas com muito sucesso. Aliás, só não houve mais uma por conta de chuva. E agora a gente interrompe um pouco esse projeto por causa do período de chuva, por mais que ele tenha sido um sucesso e que as pessoas estejam um pouco chateadas com a interrupção. A gente sabe que é complicado fazê-lo. Mas já estamos estruturando uma concepção, uma formatação maior, para, em março de 2017, voltarmos com a Quinta Cultural no mesmo local.

Bom, a Campus Party tem o início da sua construção e da viabilização no ano de 2015. Ela, de fato, vai acontecer em 2017. Para as pessoas que não a conhecem, é o maior evento do mundo de empreendedorismo, inovação e tecnologia. Um evento que acontece desde 1997 e que já passou por dezessete países, deixando excelentes legados em todos os lugares por onde passou. Então, a gente dá início a essa construção no segundo semestre de 2015, já pensando a Campus Party para 2017. Ela acontece, no Brasil, em São Paulo, desde 2008. Esta é a maior do Brasil. Acontece também em Recife, desde 2012. A partir deste ano, em novembro, ela vai acontecer em Belo Horizonte e Brasília, que passa a ser a quarta cidade a receber o evento, em julho de 2017.

Como um braço da Campus Party, a gente tem a Campus Day, que acontece, agora, no dia 5 de novembro. É uma edição de aquecimento para a primeira edição que Brasília vai receber da Campus Party.

É um evento para o qual nós conseguimos, Deputado, com bastante esforço, captar os devidos patrocínios, para permitir que fosse um evento gratuito – isso que foi um pedido do senhor, enquanto Secretário. A gente se esforçou e conseguiu. Foram abertas, inicialmente, para a Campus Day, 2 mil vagas totalmente gratuitas. Essas vagas simplesmente desapareceram em uma semana. A gente conseguiu convencer o pessoal da Campus a abrir mais quinhentas vagas, que foram totalmente preenchidas em outros dois dias. Então, nós já temos 2.500 inscritos, para dois dias da Campus Day, além de uma lista de espera com mais 1.400 pessoas.

Elas esperam conseguir participar, porque o credenciamento para a Campus Day acontecerá no dia 5 de novembro, de 14h às 22h. No sábado, será de 12h às



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 10 2016	10h45min	CFGTC – Audiência Pública para Apresentação de Relatório de Gestão	28

14h. As pessoas que estiverem inscritas e derem *no-show*, não aparecerem para retirar suas credenciais, abrirão vagas para as que estão na lista de espera.

Então, nós temos a Campus Day, com 2.500 participantes, e a Campus Party, já sendo bem viabilizada para julho de 2017. Nós já temos o período oficial, que será do dia 26 ao dia 30 de julho. Serão quatro dias, no Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade. A expectativa de público é de 4 mil campuseiros (*sic*) e de aproximadamente pouco mais de 60 mil visitantes ao longo dos quatro dias de evento.

Bom, a gente também teve na Secretaria, no fim do ano passado, a reativação do Fórum do Setor Produtivo. Foi uma iniciativa do Deputado Joe Valle, enquanto esteve lá, conosco, como Secretário. A reativação desse Fórum foi extremamente importante na articulação de alternativas e de soluções para demandas sensíveis do setor produtivo, que estava bastante aborrecido e decepcionado, com algumas questões, sentindo que não tinha um ponto de interlocução forte dentro do governo.

O Deputado Joe Valle, enquanto Secretário, ajudou a gente a rearticular e ativar esse Fórum do Setor Produtivo, que estava inativo desde 2009, congregando todas as federações do comércio, da indústria, da agricultura, das indústrias de transportes, além da Câmara de Dirigentes Lojistas.

A gente conseguiu dirimir muitas questões que estavam complicadas dentro do governo, junto a órgãos como Secretaria de Segurança Pública e Secretaria de Gestão do Território.

Mesmo depois, com a saída do Deputado da Secretaria, o Fórum ainda tem rendido muitos bons frutos. A gente tem conseguido dirimir questões muito sensíveis em relação, principalmente à Segeth, que é a Secretaria da Gestão e Território, contando muito com o apoio do Thiago. O Fórum do Setor Produtivo é muito grato, Deputado, à sua iniciativa de tê-lo reativado, quando estava na Secretaria.

Houve a elaboração, no ano de 2015, do projeto do CRATTES – Centro de Referência em Agrotecnologia e Tecnologia Social, um equipamento nosso que hoje tem funcionamento lá no Ceasa. Foi inaugurado, na verdade, agora, em abril de 2016. A gente teve, em 2016, oitocentas pessoas participando de ações, basicamente de capacitação, sobretudo em agricultura familiar e na disseminação de tecnologias sociais que são de extrema importância, principalmente, para essas pessoas da agricultura familiar. Muitas vezes, essas tecnologias não são disseminadas e não chegam ao conhecimento dessas pessoas.

No lançamento desse centro de referência, na condição de grandes parceiros, tivemos a Emater/DF, a Secretaria de Agricultura, a Ceasa, boa parte da sociedade civil e, sobretudo, a Fundação Banco do Brasil, que nos ajudou bastante lá, inclusive, com aporte.

E assim, a gente encerra a apresentação da Secretaria Adjunta do Trabalho.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 10 2016	10h45min	CFGTC – Audiência Pública para Apresentação de Relatório de Gestão	29

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Thiago.

Passo a palavra para a Dra. Renata, que vai fazer a apresentação relativa à Secretaria das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos. Depois, passamos às considerações finais.

SRA. RENATA – Bom dia a todos e a todas. Não é, Dra. Lúcia?

Eu queria saudar a Mesa: o Deputado Joe Valle; o Secretário Gutemberg; o Secretário Jarjour; a Secretária Marlene. Saúdo também todos os presentes aqui, nesta audiência pública. Quero saudar os nossos colegas, os três Subsecretários – o Coraci e o Victor deram uma saidinha – e a Dra. Lúcia Bessa, pois têm sido grandes parceiros nessa caminhada.

Sempre que a gente chega lá, eu me lembro muito de uma mensagem de Santo Agostinho, em que ele fala de esperança. Diz ele que a esperança tem duas filhas lindas, que são a indignação e a coragem. A indignação de não aceitar as coisas como elas são e a coragem para mudá-las.

Estas são três pessoas que tiveram indignação e coragem para, representando movimentos sociais, enfrentar os desafios e para ocupar o espaço em que eles estão hoje, que é a Secretaria.

São dez Conselhos. Quatro deles estão na nossa pasta. Então, é uma Secretaria de articulação de políticas intersetoriais. Quanto à questão do orçamento, é uma Secretaria que parte do Plano Plurianual. São dois programas de trabalho: o 6222 e o 6229. No Programa 6229, a gente compartilha uma parte de Direitos Humanos com a Secretaria de Justiça, que aí vocês vão entender.

Na Lei Orçamentária Anual, foram disponibilizados R\$16.539.914,00 (dezesseis milhões, quinhentos e trinta e nove mil e novecentos e quatorze reais) às Secretarias, porém, houve uma suplementação orçamentária, e o valor disponibilizado foi de R\$23.817.524 (vinte e três milhões, oitocentos e dezessete mil e quinhentos e vinte e quatro reais). Foram empenhados e liquidados, em 2015, R\$23.736.246,20 (vinte e três milhões, setecentos e trinta e seis mil, duzentos e quarenta e seis reais e vinte centavos). Isso é a posição de 2015.

Liquidado é o que foi pago no exercício. Então, foi pago, no exercício de 2015, R\$22.740.881,15 (vinte e dois milhões, setecentos e quarenta mil, oitocentos e oitenta e um reais e quinze centavos), porque aí a gente chegou ao Programa 6222, que trata da promoção de direitos humanos e cidadania. A gente divide uma parte desse programa com a Secretaria de Justiça, nesse orçamento de 2015.

Então, na lei orçamentária anual, foi disponibilizado 90 mil para o Reintegra, que é da Funap. O valor de R\$1.396.000,00 (um milhão, trezentos e noventa e seis mil) foi em razão da fusão da Secretaria. Por isso que eu expliquei a questão da Sejus, porque houve essa transposição do orçamento. Foi empenhado aí



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 10 2016	10h45min	CFGTC – Audiência Pública para Apresentação de Relatório de Gestão	30

R\$1.395.532,00 (um milhão, trezentos e noventa e cinco mil, quinhentos e trinta e dois). Deste valor, foi liquidado R\$1.249.261,00 (um milhão, duzentos e quarenta e nove mil, duzentos e sessenta e um). Como principais ações aponto a assistência à pessoa idosa e a promoção da igualdade racial.

Emancipação de mulheres: nós temos a sub de mulheres, que é o Programa Temático 6229, do PPA. Ele traz ações de enfrentamento à violência contra as mulheres, defesa de direito dessas mulheres – também a Casa da Mulher Brasileira – e manutenção das unidades de atendimento à vítima e ao agressor.

Uma questão que a gente colocou logo de primeira foi a quitação de despesas administrativas, porque, na Secretaria, em 2015, houve um acúmulo de despesas administrativas. A gente diz – não eu, um escritor diz – que Deus está nos detalhes. E às vezes o detalhe de uma conta de água e de luz que não é paga inviabiliza o direito das pessoas ao acesso aos nossos serviços. Então, a gente teve um vulto muito grande de despesas administrativas acumuladas, que foi todo um processo de reestruturação, de reorganização dos procedimentos, dos trabalhos, para que elas fossem quitadas. Só para vocês visualizarem, o idoso teve 222 mil reais, valor que foi descentralizado para a Casa Civil, para custear despesa de locação de espaço que ainda não havia sido quitado.

Política para as mulheres.

Lúcia, se eu errar, você me corrija. O CEAM é o Centro Especializado de Atendimento às Mulheres, não é Luciana? A Luciana está ali olhando para mim. Se eu errar, ela... Mas eu já estou dizendo, eles é que entendem aí.

O CEAM realizou 3.278 atendimentos. Os NAFAVD são Núcleos de Atendimento aos Autores de Violência Doméstica. Nós temos 9 NAFAVDs no Distrito Federal. Uma coisa que a gente precisa pontuar quanto aos NAFAVDs é que o NAFAVD no Distrito Federal surgiu antes mesmo da Lei Maria da Penha. Foi uma questão pioneira. E muitos outros estados vieram visitar o Distrito Federal para aprender como isso era feito aqui.

Quando a Lei Maria da Penha surgiu e, no seu art. 45, modificou o § 1º do art. 152 do Código de Execuções Penais, da Lei de Execuções Penais, trouxe a ideia de que os homens autores de violência doméstica deveriam passar também por ressocialização, reeducação. Quando a Lei Maria da Penha trouxe essa inovação legislativa, o Distrito Federal já estava à frente. Então o NAFAVD realizou 9.427 atendimentos. A Casa Abrigo é um equipamento que atende a mulheres vítimas de violência doméstica com risco iminente de morte. É um local sigiloso. Atende a essas mulheres, a essas famílias também. Realizou 3.784 atendimentos.

Agora, para quem gosta de números – eu adoro números –, alguns dados.

A SubPM tem 143 servidores. Esses servidores, ao todo, realizaram 19.506 atendimentos em 2015. Foram atendimentos a mulheres e a pessoas que estão em ciclo de violência, interrompendo-o para que elas possam sair desse ciclo,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 10 2016	10h45min	CFGTC – Audiência Pública para Apresentação de Relatório de Gestão	31

interromper esse ciclo de violência, começar uma vida nova e ter condições de voltar para o lugar que é a sua casa. A casa é o lugar onde deveríamos nos sentir mais seguros, porém, para as mulheres, ele não é, pois mais de 72% das agressões contra as mulheres acontecem no ambiente familiar.

A Casa da Mulher Brasileira faz parte do Programa Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher. É uma casa. A gente até está com um problema na obra. A obra foi executada pelo governo federal, numa parceria da SPM com o Banco do Brasil. Repassaram essa casa ao GDF numa gestão compartilhada. É um equipamento público, é um *pool* de serviços a mulheres para justamente evitar a revitimização da mulher, que, ao ser agredida ou ao estar num contexto de violência, tem que ir a vários setores, a vários órgãos, para poder ter atendimento.

Na Casa da Mulher Brasileira, há o atendimento psicossocial; há um CEAM; um CJM, do TJDF; a Delegacia da Mulher e o MPDFT, que é um núcleo judiciário da mulher, que, em 2015, atendeu a 498 mulheres.

O Ônibus da Mulher também é uma ação. É um equipamento que faz parte do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência. Esse ônibus é prioritariamente para ser utilizado conforme o calendário do Fórum das Mulheres do Campo e do Cerrado, para atender mais à zona rural nos locais onde não há equipamentos públicos. Em 2015, eles fizeram rodas de conversa e serviços, em que foram atendidas 3.017 pessoas.

Agora é a pasta de direitos humanos, Coraci – desculpem-me, gente. Eu vejo conferência e acho que é de direitos humanos. Ainda falarei de mulheres.

Conferência Distrital de Políticas para as Mulheres: a Sub de Mulheres realizou quatro pré-conferências nas regiões para fazer a concepção e a realização da 4ª Conferência Distrital de Política para as Mulheres.

Igualdade racial – olhem o Vitor ali, que entende tudo. Ele é militante da área de igualdade racial. A Decrim foi uma iniciativa, uma construção, uma articulação da Sub de Igualdade Racial. Então, hoje eles focaram muito... A Secretaria de Políticas para as Mulheres, Direitos Humanos e Igualdade Racial tem um foco de articulação intersetorial e formulação de políticas. Nós somos aquelas pessoas que vão buscar, dar luz àquelas pessoas invisíveis que a sociedade, muitas vezes, só vê ou reconhece quando elas viram estatísticas.

Nesse viés, foi feita a reformulação também do Disque Racismo, porque existia um disque racismo para onde as pessoas ligavam para dizer que estavam sofrendo racismo e eram desqualificadas. Então, muitas vezes, eles ficavam desaminados para ligar. Aí o pessoal fez uma reformulação dessa estrutura. O Disque Racismo é gerenciado pela Codeplan.

Programa Afro-Empreendedor: foi um programa criado por meio de uma lei de autoria da Câmara Legislativa, a Lei nº 5.447, de 2015. Foi trabalhada a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 10 2016	10h45min	CFGTC – Audiência Pública para Apresentação de Relatório de Gestão	32

regulamentação dessa lei pelo Decreto nº 36.380, também de 2015, uma articulação da Sub de Igualdade Racial.

Houve o projeto da Caravana da Juventude Negra em 12 locais do Distrito Federal – 4.800 participantes. Foi um projeto que levou às cidades cultura, educação, formação para a juventude negra.

A Igualdade Racial articulou, com a escola de governo, a capacitação de servidores contra o racismo institucional e a promoção da igualdade racial. As turmas vão começar já agora, em novembro. Qual foi o pensamento ali? Foi o de capacitar os servidores, pessoas que atendem ao público. Então, essas pessoas vão ser capacitadas numa parceria com a Escola de Governo. Às vezes, a pessoa fala assim: “Mas essa Secretaria não gasta o recurso”. Não. É que a gente articula muito. Não é Vitor? Articula muito e aí a gente consegue muita coisa com isso.

Conseguiram, também, em 2015, aprovar projetos no BID, pelo Programa Viva Brasília, Pacto pela Vida, no valor de 7 milhões de reais. Foram dois projetos: Sou da Sua Rua – Multiplicados Contra o Racismo e Mulheres Negras pelo Fim da Violência. Esses projetos estão sob a coordenação da Secretaria de Segurança Pública – SSP. A gente tem mantido tratativas com eles e, como é um projeto internacional, ainda está em andamento para liberação do recurso.

Quanto ao edital de fortalecimento do SENAPIR – Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial, houve também dois projetos aprovados: Racismo não é Bullying e Desconstruindo o Racismo Institucional.

Também na pasta de igualdade racial foi a realização do Abril Indígena com a participação de quatorze etnias. Aí, gente, eu quero só retificar, pois acho que eu passei a informação um pouco equivocada: foram mais de duzentas etnias que participaram do Brasil Indígena, cerca de 2 mil participantes com articulação da igualdade racial em parceria com a Funai. Em 2015, foi articulado pela primeira vez pela igualdade racial e também foi a primeira vez que não houve nenhum conflito com a polícia. Então, isso foi um ganho muito importante. A população indígena foi bem recebida, foi bem tratada aqui no GDF e, como um ganho, não houve nenhum conflito com a polícia.

Outra articulação muito importante da Subsecretaria de Igualdade Racial foi a assinatura do contrato de sessão das terras aos ciganos. Então, a SPU – Secretaria do Patrimônio da União – era a proprietária das terras e cedeu-as à Sedestmidh, para que pudéssemos viabilizar ou assegurar a tranquilidade dos povos ciganos da etnia Calon.

Agora, a Coaraci, de direitos humanos. Uma grande realização foi a retomada dos estabelecimentos do Conselho Distrital de Promoção dos Direitos de Cidadania da População LGBT. E aí, para a gente ver a complexidade dessa pasta de direitos humanos, quanto à regulamentação da Lei nº 2.615, desde 2000 – a lei é de 2000 –, até hoje essa lei ainda não conseguiu ser regulamentada!



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 10 2016	10h45min	CFGTC – Audiência Pública para Apresentação de Relatório de Gestão	33

Voltando à Lei nº 2.615, está havendo várias tratativas com vários órgãos, por quê? É uma lei que estabelece rotinas. A gente precisa regulamentar com as rotinas que vão das tratativas administrativas para os crimes de práticas discriminatórias de orientação sexual.

Também foram retomadas as tratativas para o decreto que prevê a extensão do direito do uso do nome social para travestis e transexuais no âmbito do Governo de Brasília. Para esse decreto já houve uma tentativa de regulamentação. Ele foi publicado num dia e no outro dia, em outro momento, foi despublicado (*sic*), foi cancelado. Então, são questões complexas.

Nós temos lá o Conselho de Direitos Humanos. Então, é a construção social, são muitos movimentos sociais inseridos também nesse contexto.

Quanto à elaboração da conferência conjunta de direitos humanos, foi a III Conferência Distrital de Políticas de Direitos Humanos de LGBT; a IV Conferência das Pessoas com Deficiência e a V Conferência Distrital de Direitos Humanos que foi pensada em 2015, mas realizada em março de 2016. Aí as imagens.

Também a criação do Comitê Distrital da Diversidade Religiosa, cujo edital já foi publicado, tudo direitinho. Houve a retomada das ações para a concretização do comitê. Também houve a realização do ato público em alusão ao Dia Nacional da Intolerância Religiosa. A gente tem visto isso acontecer muito.

Também na área de direitos humanos... Ah, gente, eu esqueci, direitos humanos engloba pessoa com deficiência, pessoa idosa, população LGBT e população em vulnerabilidade social, mas sob o foco de articulação de políticas intersetoriais. Então, em direitos humanos, cito o fortalecimento do Conselho Distrital de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e do Conselho do Direito do Idoso.

Eu fico muito contente quando a gente chega à sala de reunião do Conselho de Direitos Humanos e vê que a sala está lotada e faltam cadeiras. Quando a gente chegou lá, havia duas ou três pessoas e a gente ficava desanimado, não é?

Aí, a organização da Semana de Valorização da Pessoa Idosa, o Seminário da Pessoa Idosa e Garantia de Seus Direitos e Definição de Novas Estratégias para o Disque Idoso que, como eu disse, é uma gestão da Codeplan. Não é nossa.

A Câmara Temática na elaboração do pacto pela vida também foi uma participação atuante e a criação da Estação da Cidadania, na estação do Metrô da 112, é o único equipamento de ponta que os direitos humanos têm.

Ali foi pensado um lugar onde as pessoas com deficiência, principalmente e as pessoas idosas, tivessem acesso a direitos de uma maneira mais facilitada, também em função das suas dificuldades de locomoção.

Então, ali na Estação Cidadania, temos a Central de Libras, que realizou 8.555 atendimentos. A Agência do Trabalhador encaminhou para o emprego 1.812



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 10 2016	10h45min	CFGTC – Audiência Pública para Apresentação de Relatório de Gestão	34

pessoas. No Passe Livre, 16.502 atendimentos. O Passe Livre é uma parceria com o DFTrans. É uma unidade do DFTrans lá na estação.

E aí eu queria muito também agradecer. Também dizer, em dias de PEC 241 e de tantos movimentos contrários a tudo aquilo em que a gente acreditou e vivenciou, que possamos continuar sonhando.

Engraçado que eu me lembrei de uma frase, de uma fala da Cora Coralina, naquele livro *Vintém de Cobre, Meias Confissões*. Eu quero registrar aqui que a gente nunca desista. Nesse meio de prisões e prisões, alguém precisa acreditar. E ela diz assim: “Desistir? Eu já pensei seriamente nisso, mas nunca me levei realmente a sério. É que tem mais chão nos meus olhos do que cansaço nas minhas pernas, mais esperança nos meus passos do que tristeza nos meus ombros, e mais estrada no meu coração do que medo na minha cabeça”.

Obrigada. (Palmas)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigada, Renata.

Eu passo agora, então, rapidamente à fase das perguntas da Comissão para o Secretário e para as pessoas que fizeram a apresentação. Eu vou explicar cada pergunta e no final eu faço o questionamento.

A primeira é sobre qualificação social e profissional dos jovens adultos e inserção do trabalhador no mercado de trabalho. Isso é baseado no relatório entregue.

No Relatório Anual de Atividades de 2015, a Secretaria de Estado do Trabalho e Empreendedorismo, sucedida pela Sedestmidh por meio do Decreto nº 36.832, de 2015, apresentou seus resultados com relação a trabalho, emprego e renda, o Programa Temático 6214.

Como primeiro objetivo, destaca-se o estímulo aos desenvolvimentos econômico e social do Distrito Federal por meio do fortalecimento do sistema público de emprego pela qualificação social e profissional de jovens e adultos, intermediação de mão de obra e seguro-desemprego, garantindo o trabalho decente para combater a pobreza e desigualdades sociais.

Para o alcance desses objetivos, foram estabelecidas como metas para o ano de 2015 a qualificação de 15.419 pessoas e a inserção no mercado de trabalho de 15 mil. Entretanto, de acordo com o referido relatório, o número de pessoas qualificadas no ano de 2015 foi de duzentas e dezenove. Apenas 1,42% do previsto. E o número de trabalhadores inseridos no mercado de trabalho foi de 3.799. Pouco mais de um quarto do valor desejado.

A pergunta é: que fatores influenciaram o não alcance da meta? Que medidas foram tomadas para melhorar os resultados e o que está sendo feito para não repetir o mau desempenho verificado em 2015 e no corrente exercício?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 10 2016	10h45min	CFGTC – Audiência Pública para Apresentação de Relatório de Gestão	35

Logicamente, vimos que foram tomadas medidas, mas ficam ainda quais foram os fatores que influenciaram o não alcance da meta.

SR. THIAGO JARJUR – Bom, Deputado, no ano passado, ainda atuando como Secretário de Empreendedorismo até o mês de agosto, quando nós ficamos sabendo dessa meta de qualificação de 15.419 pessoas, a gente já sabia que ela seria uma meta inalcançável. A gente não tinha dentro do QDD uma verba destinada à qualificação profissional e, na verdade, como alternativa, pelo pouco dinheiro que a gente tinha disponibilizado, foi que surgiu a ideia do Portal de Qualificação Profissional, modalidade dia D.

Só para exemplificar aqui, o último programa de qualificação profissional mais público e notório da Secretaria teve um custo de 8 milhões de reais, se propôs a qualificar 10 mil pessoas e qualificou apenas 2 mil. O Portal de Qualificação de Ensino à Distância teve um custo de 380 mil reais em sete meses, já qualificou 10.089 pessoas e há 28 mil pessoas inscritas.

Então, a gente criou essa metodologia, essa lógica de qualificação profissional, fazendo uma coisa que antes nunca a Secretaria tinha feito, que foi dialogar com os empregadores, que foi entender as questões sensíveis junto ao fórum do setor produtivo: quais eram as necessidades em relação à qualificação profissional.

Esses 21 cursos do Qualifica mais Brasília que foram construídos não vêm do além, eles foram construídos de acordo com os segmentos que mais empregam. A gente tem dados da PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego, que demonstram que 74% dos empregos em Brasília, hoje, são oferecidos hoje pelo setor de prestação de serviços. E, pasmem, por exemplo, do comércio e varejo, a gente tem apenas 16% dos postos de trabalho sendo oferecidos.

Então, principalmente por indicativos como os de que, nos últimos doze meses, todas as capitais da PED vinham numa crescente no aumento do desemprego, e, de dois meses para cá, apenas duas dessas capitais tiveram um decréscimo, uma delas sendo Brasília, a outra foi São Paulo – Brasília tendo uma diminuição no desemprego muito mais relevante até do que São Paulo –, a gente acredita que esse programa de qualificação profissional já pode estar rendendo efeitos.

Ainda não temos uma série histórica relevante, porque estamos esperando pelo menos o programa fechar um ano para termos dados mais relevantes e contundentes, mas as medidas foram, sim, tomadas, em relação a isso.

Quando nós lançamos o Qualifica Mais Brasília, a nossa meta – diferente dessa de 15 mil, que não tinha como ser alcançada – era de 10 mil para um ano. Em sete meses, a gente tem 28 mil pessoas matriculadas. Então, a gente extrapolou bastante a nossa meta.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 10 2016	10h45min	CFGTC – Audiência Pública para Apresentação de Relatório de Gestão	36

Em relação ao encaminhamento das pessoas para o mercado de trabalho, muitas medidas também foram tomadas. A gente está esperando o fim do exercício de 2016 para levantar a efetividade delas.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok. Obrigado.

Eu queria que a Secretária Executiva falasse, para que a gente possa trabalhar nos próximos requerimentos, sobre a efetividade das agências dos trabalhadores, e também dos programas de qualificação. Significa um pedido de indicador que mostre quantos treinados e quantos efetivamente colocados no mercado de trabalho.

No Relatório Anual de Atividades 2015, verifica-se que a Secretaria de Trabalho e Empreendedorismo, incorporada à Sedestmidh em 23 de outubro, que tem como um dos seus objetivos fomentar e financiar as micro e pequenas empresas, artesãos, cooperativas e associações de trabalho ou produção – objetivo específico 3 –, realizou 248 operações de créditos no exercício de 2015, apenas 4,13% do total de operações de crédito previsto para o período, que era de 6 mil operações.

A que se deve o modesto desempenho do programa? Quais os impactos do baixo desempenho do programa para a economia do Distrito Federal? Há previsão de regularizar a situação em 2016?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – No ano de 2015, a gente tinha uma previsão na LOA para o Funger de 10,4 milhões de reais. Na verdade, boa parte desse dinheiro foi contingenciado, sem mesmo poder ter sido, mas a gente entendeu qual era a situação financeira do governo no seu primeiro ano. Foram liberados apenas 3,2 milhões de reais, dos quais a gente conseguiu executar 3 milhões e 30 mil reais, e o programa foi interrompido com apenas três meses de execução.

Então, a gente ficou, ao longo de seis, sete meses, em conversa com a Secretaria de Fazenda para liberação do dinheiro, inclusive porque a gente tinha um *superavit* lá, do Funger, o Fundo, que não nos era repassado.

Esse ano a gente começa, Deputado, a ter já um pouco de dificuldade, porque nos foi disponibilizado algo em torno de 11 milhões. Foi uma negociação feita em janeiro e seria liberado para nós, aproximadamente, 1 milhão por mês, para não causar nenhum sufoco para a Secretaria de Fazenda. Esse fluxo vinha acontecendo muito bem, tanto que nesse ano a gente conseguiu operacionalizar 6,7 milhões em empréstimos, dos 11 que estavam previstos – isso em 580 cartas de créditos concedidas, tanto na área urbana quanto na área rural –, mas nós já fomos chamados pela Secretaria de Estado de Fazenda, que informou que esse repasse de aproximadamente 1 milhão por mês para o Programa de Microcrédito Orientado provavelmente vai ser diminuído, porque eles já estão com problemas no pagamento das despesas.

O nosso Subsecretário João Carlos tem trazido informações quase que semanalmente. Estamos tentando arrastar o programa até dezembro, com bastante



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 10 2016	10h45min	CFGTC – Audiência Pública para Apresentação de Relatório de Gestão	37

dificuldade, entendendo também a dificuldade da Secretaria de Estado de Fazenda. Então, dos 11 milhões que nós deveríamos executar este ano, possivelmente a gente não consiga chegar a executar tudo, por contingenciamento da Secretaria de Estado de Fazenda.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok.

Eu gostaria que a Secretaria Executiva colocasse para a Comissão oficial a Secretaria de Estado de Fazenda, e questionar a continuidade do programa Prospera, já que é um programa de extrema importância para o Distrito Federal nesse momento de crise. Então, que possamos fazer um ofício questionando a continuidade do programa.

O Relatório Anual de Atividades da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano e Social do Distrito Federal – 2015, absorvido pela nova Secretaria, a Sedestmidh, detalha, na tabela destinada ao cômputo da força de trabalho, o número de servidores de que dispõe para desenvolver as suas atividades.

Nessa tabela, verifica-se que a antiga Sedhs contava, para a execução das suas ações, com o efetivo de 726 servidores; desses, 414 na atividade-meio e 312 na atividade-fim.

Em comparação com o Relatório Anual das Atividades de 2014, observa-se uma redução de pessoal de 61%, de 1.861 para 726, a qual se revela maior ainda no tocante à atividade-fim, onde a redução foi de 77%, de 1.390, em 2014, para 312, em 2015.

Considerando a diversidade de ações desenvolvidas pela Sedestmidh, entre as quais a gestão do Sistema Único de Assistência Social, de programas de segurança alimentar e nutricional, administração de políticas de geração de renda e emprego, entre outras, e do grande número de unidades administradas por essa Secretaria, a saber: 27 centros de referência de assistência social; 17 centros de orientação socioeducativa; 9 centros de referência especializada de assistência social; 13 restaurantes comunitários – 14 agora –, entre outros, parece haver uma acentuada deficiência de recursos humanos.

A pergunta é qual o *deficit* atual de pessoal da Sedestmidh e que medidas estão sendo tomadas para recompor o quadro de pessoal?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Em primeiro lugar, é louvável a posição do Presidente desta Comissão, Deputado Joe Valle, em reiterar que é fundamental que a gente garanta os recursos, porque a gente está olhando para o João Carlos ali, e a gente está gerando emprego e renda.

Então, um montante já pactuado de 11 milhões e ter uma perda significativa, de fato é ruim para a Sedestmidh e, lógico, para Brasília, porque é um programa que tem tido uma demanda constante.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 10 2016	10h45min	CFGTC – Audiência Pública para Apresentação de Relatório de Gestão	38

Quanto aos recursos humanos, Deputado, é fundamental que a gente diga que quanto à atividade-fim – o senhor fala em mais de 70% de *deficit* na área-fim –, existe também o entrave da Lei de Responsabilidade Fiscal. Sabemos que todas as áreas do governo devem estar com problema de pessoal, mas nós nos ativemos ao fato de que os especialistas estão atendendo na ponta.

Por lei, não podemos precarizar esse atendimento. Temos vários convênios com várias universidades, mas nós não podemos fazer atendimento com estagiário ou com quem não seja especialista. Fizemos uma solicitação ao Governo do Distrito Federal, à Governança, de 314 vagas, para atender a demanda. De fato, nós percebemos que sem isso vamos ter muitas dificuldades para continuar os outros atendimentos.

Fizemos também, com muito diálogo com os servidores – eventualmente a gestão tem que tomar uma decisão política –, e estamos fazendo um remanejamento de servidores. Fizemos a solicitação de trazer para a Sedestmidh todo servidor que esteja fora da sua lotação. Então, se nós temos um *deficit* seguramente de mais ou menos 500 servidores, estamos solicitando um concurso para 314 servidores; ou seja, nós temos, até o final do ano, a aposentadoria de mais ou menos 490 servidores. Essa é uma situação, de fato, difícil, e temos todos os atendimentos que o senhor falou. Então, é fundamental que a gente consiga executar esse concurso público que, volto a dizer, é de especialistas. Ou seja, nós temos a excepcionalidade na saúde, na segurança e na educação, e a assistência social, ao meu ver, é uma situação que requer essa atenção.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Secretário.

Eu gostaria que a secretária executiva colocasse o processo para ser votado, na próxima reunião da Comissão, para que a gente possa oficializar o governo, questionando a falta de pessoal para atendimento dos programas sociais, mas, mais do que isso, enviar ao Ministério Público também essa comunicação que tivemos aqui na Comissão. Está certo? Eu gostaria também que marcassem uma reunião com o Ministério Público para tratarmos desse assunto – a Comissão de Fiscalização e o Ministério Público.

O sistema de vigilância socioassistencial, previsto na LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social – e definido na norma operacional básica do SUAS – Sistema Único de Assistência Social –, aprovado em 2012, está vinculado à gestão do Suas e tem como objetivo a produção e a sistematização de informações territorializadas sobre as situações de vulnerabilidade e risco que incidem sobre as famílias e indivíduos.

No Distrito Federal, conforme relatório de atividades de 2015, no Programa Temático 6211, Garantia do Direito à Assistência Social, Objetivo Específico nº 1, aprimorar a gestão do Suas, verifica-se que o sistema que deveria ter sido totalmente implantado, naquele exercício de 2015, teve concluído apenas 80% do previsto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 10 2016	10h45min	CFGTC – Audiência Pública para Apresentação de Relatório de Gestão	39

Questões. Quais fatores dificultaram a implantação do sistema? E, dada a importância da implantação do sistema de vigilância social para a efetivação do caráter preventivo e proativo da política de assistência social e para a redução dos danos, que medidas estão sendo tomadas para que o sistema seja implantado?

SRA. MARLENE DE FÁTIMA AZEVEDO – Bom, eu queria, antes de dar a resposta especificamente, Deputado, colocar que a vigilância social, conforme está concebida, passa tanto pela questão de instituição de sistemas, em que informações sobre os atendimentos e agilidade com que as informações cheguem possam transitar de unidades para unidades da assistência social e, de forma complementar, às demais unidades da Sedestmidh. Passa também por um sistema de acompanhamento local, territorial, feito pelas nossas unidades.

Então, quando a gente concebe a vigilância social, ela traz também embutida uma questão importante que é que quem tem a gestão do território são os centros de referência de assistência social localizados nesses espaços, conforme eu coloquei.

Portanto, esta identificação das situações e da característica dos territórios, que também é vigilância, fica sob responsabilidade das nossas unidades, mas é óbvio que, para dar agilidade ao atendimento, você precisa ter um sistema em que você possibilite que aquela família atendida, aquela pessoa atendida, não seja revitimizada. Você faz o atendimento numa unidade, ela tem que ser encaminhada para outra; chega lá, ela repete todas as informações. Nesse sentido, está em construção um processo de modernização do sistema de informação para dar maior densidade a esta questão da informação e para que possamos, então, ter um conhecimento mais adequado das situações que nos são apresentadas, para darmos respostas mais ágeis.

Esse instrumento, esse processo de modernização, está sob responsabilidade do Subsecretário Marco, está lá na Sugip, que constantemente tem feito as articulações com as nossas unidades, a escuta com os servidores envolvidos no atendimento para fazer tanto o enriquecimento do sistema, quanto o levantamento de que questões são fundamentais para que a gente preste o atendimento devido.

Eu fiz questão de falar desse aspecto da vigilância, porque isso ultrapassa, quer dizer, antecede a criação do sistema, a qualificação do atendimento que é da gestão própria do território das nossas unidades de atendimento.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Marlene.

Eu queria que a Comissão fizesse um pedido para que haja uma sugestão de prazo para que esse sistema fique pronto, porque é um sistema de extrema importância. Então, que fosse oficiado pela Comissão.

Estão vendo como é esta Comissão?

(Intervenção fora do microfone.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 10 2016	10h45min	CFGTC – Audiência Pública para Apresentação de Relatório de Gestão	40

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – A Marlene já falou assim: é com aquele cara ali.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – É.

Em relação ao plano de capacitação do Suas, de acordo com a norma operacional básica de recursos humanos, a União, os Estados e o Distrito Federal devem elaborar planos anuais de capacitação, pactuados nas comissões intergestoras e deliberados nos respectivos conselhos de assistência social. Conforme a previsão, a capacitação dos trabalhadores da área de assistência social tem por finalidade o aprimoramento da gestão do Suas e deve destinar-se a todos os atores da área da assistência social: gestores, trabalhadores, técnicos e administrativos dos setores governamentais e não governamentais integrantes da rede socioassistencial e conselheiros.

No ano de 2015, entretanto, conforme o relatório anual de atividades, a implantação do plano de capacitação do Suas teve seu resultado de 0%. Programa temático 6211, garantia do direito à assistência social.

Por que o plano de capacitação do Suas não foi implantado? Que medidas estão sendo tomadas para que o plano seja implantado no corrente exercício?

SRA. MARLENE DE FÁTIMA AZEVEDO – Em 2015, eu diria que nós não tivemos tempo hábil, a partir de outubro, para fazer a implantação e a execução dele. Nós fizemos, em 2013/2014, a primeira etapa de capacitação. Foram mais de 1.200 pessoas capacitadas e está em organização e em tramitação um termo de referência para contratar as instituições de ensino superior – IES, para que elas possam fazer o processo de capacitação previsto na política nacional de capacitação do Sistema Único de Assistência Social.

Existe o pré-requisito de que essas instituições de ensino superior devem ser, inicialmente, cadastradas junto ao Ministério de Desenvolvimento Social. Infelizmente, no Distrito Federal, são poucas. Nós fizemos todo o empenho para que a escola de governo se apresentasse como uma possibilidade para a elaboração desses cursos, mas há um impedimento de ordem legal da escola, de nós repassarmos recursos do Capacita – a gente tem recursos – para a escola de governo. Para isso, é preciso reescrever a legislação que trata da escola de governo no Distrito Federal, porque a gente não pode, a Secretaria não pode repassar o recurso para fazer a execução. Facilitaria, sobremaneira, se a escola de governo fosse o nosso parceiro na execução da capacitação do sistema único. E aí eu acho que é pertinente que a gente traga essa questão para esta Casa, porque implica uma revisão da legislação.

De qualquer forma, nós estamos na finalização do processo para a contratação de uma instituição de ensino. Ele não se restringe às instituições



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 10 2016	10h45min	CFGTC – Audiência Pública para Apresentação de Relatório de Gestão	41

inscritas do Distrito Federal. Da vez passada inclusive, a universidade contratada foi do Sul de Minas Gerais.

Eu queria acrescentar, também, que esse processo de capacitação que está sendo feito junto aos gestores, junto aos servidores de qualificação, para que eles possam assumir cargos de gestão, é estratégico – foi iniciado contigo e é tocado pelo Secretário Guto. A capacitação é estratégica. Ela instrumentaliza os nossos servidores para a execução das suas atividades.

Temos em andamento várias capacitações específicas, pontuais. Eu citaria um dos serviços de acolhimento, para cujos servidores, a gente tem feito um processo de capacitação instrumental. Visa a apontar como lidar com as situações que se apresentam no dia a dia das unidades. Por exemplo, como você atende a um adolescente que chega numa situação de agressividade, em virtude de toda a situação de vida que ele tem, acumulada com a questão do uso indiscriminado de substâncias psicoativas – essa é uma realidade das nossas unidades –, ou como atende pessoas que estão em surtos mesmo.

Além de qualificar esses servidores, é importante que a gente tenha articulação entre as políticas. Se você está no atendimento de uma pessoa que está em sofrimento psíquico, nós fazemos o atendimento, que é de nossa competência. Mas, se não houver a devida cobertura do serviço da saúde, por exemplo, de pouco adianta a nossa capacitação. Então, há de se falar em capacitação, mas também em articulação de política.

Eu queria emendar algo aqui, Deputado e Secretário Guto, para falar da questão apontada para o senhor inicialmente, quanto a fazer uma visita ao UNACS – Unidade de Atendimento a Crianças e Adolescentes, que hoje funciona num local completamente inadequado, no galpão da TCB. Eu sempre digo que é do Detran, é porque é do lado, mas é na TCB. Estão numa situação inadequada e nós construímos um termo de referência para aluguel de uma casa que possa fazer esse atendimento.

Mais que isso, já acertamos com o Ministério Público e com a Vara da Infância que as crianças e os adolescentes encaminhados para esse local, sejam enviados com medida protetiva, porque hoje o acolhimento não obedece aos preceitos legais. Os meninos vão sem que haja uma medida de proteção ao atendimento.

Isso está no âmbito do processo de reordenamento das unidades de acolhimento. Não há de se ter uma unidade destacada, onde você coloca tão somente algumas situações. No entanto, a gente sabe que precisa ter atendimento especializado e específico para adolescentes com situação de vivência de rua, com uso abusivo de substâncias psicoativas, de cometimento de atos infracionais que não implicam na medida socioeducativa. Nós estamos fazendo um chamamento público para vinte vagas a serem ofertadas para esses adolescentes com esse histórico. Então, junta-se aí até o pedido para que a visita de fiscalização aconteça com essa informação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 10 2016	10h45min	CFGTC – Audiência Pública para Apresentação de Relatório de Gestão	42

É porque o senhor me citou anteriormente.

A questão das cestas é um caso gravíssimo. É lógico que quem vai buscar uma cesta alimentar não tem que esperar mais do que algumas horas.

Eu queria ressaltar a importância da equipe da Subsân, que tem feito toda a movimentação para a entrega. Hoje nós temos uma distorção. Nós adquirimos 5 mil cestas e temos um contrato de entrega de 2.500. Então, há de se falar num crescente volume de solicitação. As 5 mil não dão conta da demanda, e nós estamos pedindo 8 mil. Mas, se não houver servidores para fazer os atendimentos... Na verdade, não é que nós não tenhamos disponibilidade para o benefício, mas que não temos quem atenda a população para fazer valer os direitos dela com essa entrega de alimentos. Por isso, o termo de referência para 8 mil aquisições e 8 mil entregas.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok. Obrigado. Foi bem esclarecido.

O Cadastro Único, para os programas sociais do Governo do Distrito Federal, é um instrumento de identificação e de caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda que pode ser utilizado para diversas políticas e programas sociais voltados a esse público. Cabe ao Distrito Federal, no âmbito do seu território, cadastrar e manter atualizados os dados dos possíveis beneficiários destas políticas.

De acordo com o relatório anual de atividades de 2015, o cadastramento, para fins de Cadastro Único, alcançou uma abrangência de 126,57%. Entretanto, parece haver dificuldades em haver a atualização cadastral das famílias. O dado é de que apenas 47,36% dos cadastros estavam atualizados no exercício.

Na avaliação da Secretaria, quais os entraves para a atualização das informações do Cadastro Único e que medidas estão sendo tomadas para reverter esse quadro?

ORADOR NÃO-IDENTIFICADO – Presidente Joe Valle, na realidade, esse é um entrave mesmo, porque a falta do recadastramento – digamos assim – faz com que o Distrito Federal perca em torno de 500 mil/mês. Ou seja, não estamos recebendo o repasse da área federal em função de não termos condição de fazer o recadastramento.

Nós fizemos algumas reuniões, inclusive, no escritório de governança, e solicitamos a alternativa de que fosse feito um chamado público para que, de fato, tenhamos servidores para atuar nesse recadastramento. É lógico que a Seplag remeteu à Sedestmidh a obrigação de fazer esse chamamento público. Isso, no nosso entendimento, é chover no molhado porque todas as áreas do governo estão precisando de servidores. E nós não temos condição de fazer um chamamento público para atrair servidores para fazer esse serviço específico.

Solicitei junto ao gabinete do Governador que S.Exa., de fato, assumisse essa orientação. Ou seja, que saísse essa portaria de dentro do gabinete do Governador. Mas nós temos uma situação que é um impasse. Ou seja, estamos tratando isso junto ao escritório de governo, mas existe esse impasse.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 10 2016	10h45min	CFGTC – Audiência Pública para Apresentação de Relatório de Gestão	43

A Secretária Adjunta Marlene sugeriu que fizéssemos um acordo de cooperação técnica com os bombeiros, para que tivéssemos servidores atuando nesse recadastramento.

Hoje nós estamos fazendo mutirão com as nossas equipes, para fazer esse recadastramento. Ou seja: ele não está parado, mas, no nosso entender, está precisando da atenção devida. De fato, essa situação de perda de repasse federal é uma situação que nos obriga a ter uma atenção toda especial.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Secretário.

Eu gostaria que pudéssemos relatar esse problema e pedir urgência na solução dele.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Presidente, a Marlene está pedindo a palavra para fazer uma complementação.

SRA. MARLENE AZEVEDO – Ainda na sua gestão, nós iniciamos uma discussão com a Secretaria de Educação, no sentido de facilitar o processo de contratação de pessoas. Eles têm uma excepcionalidade para contratação, mas havia também uma modalidade de educadores que podiam ser acionados para atividades no âmbito da educação.

Hoje, 220 mil famílias do Distrito Federal estão no Cadastro Único. Eram 240 mil em 2015. Mas, em janeiro de 2016, o Ministério fez o que a gente chama de exclusão lógica, que é a exclusão do cadastro de famílias que estão, há mais de 48 meses, sem atualização. Elas são excluídas.

Podemos estar cometendo alguma gravidade ao tirar famílias que não tiveram seus cadastros atualizados? Podemos. Essas famílias são excluídas por questões de gestão. Então, é importante colocar isso. Mas eles fizeram a retirada de 20 mil.

Nós fizemos uma discussão com a Secretaria de Educação que, infelizmente, não prosperou. Não havia possibilidade de haver o repasse também para a Secretaria de Educação.

O Secretário coloca aqui todo o movimento que nós estamos fazendo, inclusive com mutirões nas unidades, para atender a população. A população é penalizada. A gente não recebe o índice de gestão, que é a remuneração de gestor. Mas as pessoas podem ser desligadas em virtude da não atualização. Então, isso é grave. Nesse sentido, nós estamos procedendo à construção de um termo de referência para a contratação de entidade, empresa que possa fazer esse trabalho para a gente.

Dinheiro nós temos, um dinheiro da área federal, um volume significativo, mas nós teríamos que fazer a contratação de empresa, para fazer aos moldes do que foi feito em 2011, a fim de que tenhamos o cadastro atualizado e não prejudiquemos as famílias.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 10 2016	10h45min	CFGTC – Audiência Pública para Apresentação de Relatório de Gestão	44

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigada, Marlene.

Vou agora para a última pergunta. Ela trata de parceria com entidades sociais.

No desempenho de suas atividades, a Sedestmidh atua em parceria com entidades sociais por meio de convênios – no caso, agora, no novo Marco Legal, de forma diferente –, visando à execução de serviço socioassistencial. Essa parceria, prevista inclusive pela Lei Orgânica de Assistência Social, pode ser benéfica, na medida em que propicia a redução dos custos e da burocracia e oferece maior abrangência dos serviços garantida pela grande capilaridade das entidades, além de favorecer, em alguns casos, a participação da sociedade civil organizada. Entretanto, essa parceria não isenta o Estado da responsabilidade pela garantia do direito e pela prestação do serviço socioassistencial, exigindo critérios na concessão de recursos e contínua avaliação de serviços prestados. Qual é o percentual de atendimento realizado por essas entidades em relação aos atendimentos diretos nas diversas modalidades e qual o montante de recurso do orçamento da Secretaria a elas destinado? Como se dá a avaliação dos serviços prestados e a fiscalização da aplicação desses recursos? Essa é a pergunta.

SRA. MARLENE AZEVEDO – Para mim, não é? Eu estou tentando achar a minha conta aqui. Eu diria, só para efeito de contribuição, que, na verdade, a previsão da parceria com a entidade é de ordem legal. Embora algumas pessoas achem que a gente está terceirizando, não é terceirização. Não são organizações sociais; são organizações da sociedade civil, previstas na legislação, considerando que a assistência social se faz pela oferta do serviço pelo Estado e pela complementação das entidades.

No entanto, eu coloco uma questão muito importante: a primazia dessa responsabilidade é do Estado. Essa é uma política de Estado, não é uma política de governo. Por isso que eu falei da institucionalidade dela, e aí a condução, inclusive no repasse, na parceria, na contratação desse serviço e na responsabilidade de que esse serviço seja prestado de forma qualificada.

Então, nós temos gestores das parcerias, que são os antigos executores de convênio, que fazem o acompanhamento mensal. Tem previsto o marco regulatório, uma comissão de acompanhamento e monitoramento do serviço, que nós já temos montado também. Quanto à disponibilização de recursos e quanto à prestação de contas, elas se dão por meio da entrega das despesas executadas pelas entidades.

O mais importante é a gente ter o norte de que, à medida que você passa recurso para a execução, você está correndo risco de gerar uma possibilidade de fraude. Nós fazemos o acompanhamento sistemático. Essas entidades têm inscrição no Conselho de Assistência Social, que são fiscalizadas por ele também. E o mais importante é a gente medir a responsabilidade da execução delas. Eu não estou falando com isso que a gente deve colocar o Erário em risco, não é isso. Elas têm



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 10 2016	10h45min	CFGTC – Audiência Pública para Apresentação de Relatório de Gestão	45

obrigação de prestar contas e nós temos obrigação de ver, inclusive, se o recurso está sendo utilizado para aquilo para que nós fizemos a parceria.

O número. Nós teríamos que somar aqui, mas são: serviços de convênio, 4.350. Evidentemente, o número de atendimentos feitos no âmbito da Secretaria é muito maior, porque alguns serviços ofertados são exclusivamente do Estado. Eles não podem estar em parceria. Então eu diria que os serviços feitos no CRAS, no CREAS, no Centro Pop não podem ser feitos pela sociedade civil. Eles são de obrigação do estado. Aí a demanda é maior, a necessidade de servidores – até para que a gente acompanhe com qualidade a rede parceira – é evidente, como o Secretário colocou. Se nós não tivermos concurso, vamos entrar em colapso, com certeza, porque a crise está aí.

As unidades precisam de pessoas, e nós estamos descumprindo a regra nacional – é importante colocar isso –, porque há uma equipe mínima para cada uma. Dos 27 Cras, um apenas tem equipe mínima. Nos demais nós estamos fazendo com o compromisso de atender de forma muito difícil. Há um número enorme de servidores em processo de adoecimento, porque a responsabilidade, a carga em cima deles – onde deve ter cinco tem um – é muito grande. Mas nós temos uma decisão de gestão de não fechar unidade, porque, se fecharmos, seguramente vamos impedir o acesso da população, perderemos o posto de trabalho e vamos precarizar a oferta dessas políticas públicas sob nossa responsabilidade.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Só um complemento, Deputado. Eu acho que é fundamental falar isso aqui. A comissão de acompanhamento da atuação das entidades parceiras está ativa.

Nós temos um problema crônico de pessoal. Como eu coloquei no início, temos a aposentadoria, de fato, mas temos também o adoecimento dos servidores. Vale ressaltar que nós temos servidores realmente apaixonados, que trabalham com o coração. Existe uma demanda crescente nas pontas. Lógico que isso deve estar batendo aqui, que é uma casa legislativa. Então, há necessidade de fazermos uma reorganização da equipe, mas o concurso é fundamental.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Secretário.

Devido ao avançado da hora, eu vou deixar as outras perguntas para que a Secretária Executiva envie por *e-mail* e que haja um prazo para resposta.

O outro questionamento que eu gostaria de fazer ao Governo do Distrito Federal é relacionado ao descumprimento das regras colocadas na política nacional do SUS em relação às unidades que estão sem o pessoal necessário. Eu gostaria de fazer um ofício para podermos ter uma resposta adequada.

Eu quero perguntar se os senhores têm alguma consideração final que desejam fazer.

SRA. MARLENE AZEVEDO – Eu queria agradecer a oportunidade de me apresentar. Penso que a estratégia é trazer a esta Casa as questões postas, tanto no



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 10 2016	10h45min	CFGTC – Audiência Pública para Apresentação de Relatório de Gestão	46

sentido de avaliar quanto no sentido de prospectar que desafios estão postos, qual é a nossa responsabilidade a ser cumprida. Acho que as questões apontadas aqui falam da seriedade desta Secretaria e de quão valorosa é a equipe, tanto a de gestão – que está na ponta – quanto a daqueles que estão ali, no dia a dia, nos enfrentamentos das dificuldades, no atendimento da população.

Eu queria só reforçar, até para ficar claro, que as políticas, no âmbito da Secretaria Adjunta de Desenvolvimento Social, são políticas de Estado. Elas não podem ficar à mercê de gestão. Penso que a Câmara tem um papel estratégico para fazer valer o que nós, com tanto custo, conquistamos para o atendimento da população.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok, Marlene. Obrigado.

Renata, alguma coisa a falar?

SRA. RENATA MELO – Eu também quero agradecer a oportunidade, representando os nossos colegas, e dizer que a Secretaria Adjunta de Política para Mulheres de Direitos Humanos e Igualdade Racial faz, às vezes, muito mais do que poderia, tendo em vista o engajamento e o esforço dos servidores, dos Subsecretários e das equipes que eles representam.

Então a gente queria agradecer aqui e fazer uma homenagem aos nossos servidores, aos nossos Subsecretários, a toda a articulação feita. A gente se une. Muitas vezes até ri e brinca sobre como vai sair, mas a gente consegue frutos, em função da união, do trabalho em equipe, da mobilização e da articulação social. Então a gente queria aqui agradecer a todos e a todas.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Renata.

Com a palavra o Sr. Thiago Jarjour.

SR. THIAGO JARJOUR – Eu só queria agradecer a oportunidade, Deputado, e fazer o reconhecimento dos Subsecretários da Secretaria Adjunta do Trabalho, que estão presentes para também representar todos os diretores, gerentes e assessores que fazem parte da nossa equipe. A gente sabe que a Sedestmidh, como um todo, passa por um problema sério de mão de obra. A gente tem uma mão de obra muito enxuta, uma equipe muito enxuta e a gente reconhece o esforço que tem rendido muitos bons frutos.

Então eu só queria fazer o reconhecimento da nossa equipe da Setrap, agradecendo.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok.

Com a palavra o Secretário Gutemberg.

SR. GUTEMBERG GOMES – Sr. Presidente Joe Valle, de fato quero agradecer a oportunidade, como já disse, aos adjuntos e à Renata.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 10 2016	10h45min	CFGTC – Audiência Pública para Apresentação de Relatório de Gestão	47

É um desafio enorme. A Sedestmidh significa transversalidade para dentro, como a gente tem falado. Eu tenho falado muito nas ações transversais criativas, a Sedestmidh de fato é um laboratório, porque, como vocês perceberam na apresentação inicial, ela vem de uma junção a partir de outubro.

Então de fato temos percebido que as caixinhas realçavam e agora temos feito esse esforço junto ao próprio gabinete de integrar todas as ações. Não é à toa que o João – eu não tinha falado dele... Chega a outra adjunta e tem um ritmo próprio. As decisões são tomadas no gabinete e não há que ter dúvida de qual é a política. A política é de Estado, principalmente pela valorização dos servidores, lógico, de todo arcabouço elencado na apresentação.

Eu quero ressaltar que estou há um mês na Secretaria, com a sensação de já estar há um ano, Deputado. Mas a gente tem continuado isso com todas as diversidades. A política de fato é de Estado e é para atender à população, para servir de fato.

Quero aqui fazer um agradecimento à equipe do gabinete – à Maria, à Verônica, à Bel, principalmente, à Olga –, porque temos ficado até 10h, 11h, no gabinete, pensando de forma criativa, como disse a Marlene, para ter o compromisso de não deixar a velocidade diminuir e sempre estarmos a postos, atendendo.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, eu só queria ressaltar a impressão dessas apresentações.

Neste momento, o Secretário com toda sua equipe pode vir mostrar e demonstrar o seu trabalho, inclusive colocando as demandas, para que isso possa ser tratado. Então, é uma fiscalização de orientação.

A Secretaria, não sei se é porque eu gosto de nome grande, mas é Secretaria de Governança, Transparência e Controle Social. Então a Comissão é de Governança, Transparência e Controle social, vulgo, carinhosamente, Comissão de Fiscalização. Mas têm também esses outros três nomes. Então a gente está falando de governança, um grande problema que existe nos governos, especialmente no Governo do Distrito Federal. Nós temos um problema de governança muito sério e precisamos resolver.

Essas apresentações aqui nos trazem essas informações. A Câmara, tomando conhecimento disso – cinco Deputados são membros desta Comissão –, tomará as providências necessárias para que as coisas andem melhor.

Então a lógica da Comissão de Fiscalização não é ser uma comissão de fiscalização reativa, mas uma comissão de fiscalização proativa. Então fico aqui muito feliz e grato a todos vocês pelo esforço de vir aqui e fazer essa apresentação. Tudo é documentado. Nós vamos fazer todos os ofícios necessários para que possamos dar continuidade a esse processo. E todas as Secretarias passarão por aqui. O ideal é que todas possam se comunicar, conversar e ter isso aqui como um espaço onde



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 10 2016	10h45min	CFGTC – Audiência Pública para Apresentação de Relatório de Gestão	48

tenham a liberdade de mostrar as coisas. Esta é a Casa para isso acontecer. Está certo? Para isso, a gente deve tomar as medidas adequadas para ajudar, para que se avance nas políticas públicas, nas políticas de Estado.

Quero fazer um convite a todos vocês. Nós estamos trabalhando numa frente parlamentar relativa a todos esses assuntos que tratamos aqui. Que haja a participação de todos aqui na Casa.

Estamos ultimando a formatação da Frente, cujo lançamento está marcado para esse próximo mês de novembro, se não me engano. Eu gostaria muito que todos pudessem participar para que a gente pudesse aproveitar essa ferramenta maravilhosa que é a Câmara Legislativa. Então, essa é uma proposta muito importante. Que a gente possa fazer isso.

Eu realmente fico muito grato, muito feliz. Sou um camarada que cumpro o rito da Comissão. Conheço todos vocês e sei de todas as dificuldades, conheço totalmente a vontade de vocês, os problemas e as soluções e todo o trabalho. Torço muito por essa Secretaria. Aprendi a importância que ela tem para o Distrito Federal.

Quero dizer a vocês que para mim é uma das Secretarias mais importantes para o Distrito Federal. As pessoas precisam conhecer a Sedestmith, conhecer a rede de proteção social que temos. A população em geral não conhece, portanto não reconhece. Esse trabalho que vocês fazem para dentro da Câmara Legislativa, que vamos divulgar hoje – vou fazer um discurso sobre esse trabalho no plenário –, é muito importante porque quem conhece se apaixona e ajuda.

Esse é o cuidado que a gente tem que ter com essa Secretaria. Fiz questão de participar.

Conversei com o Presidente, mas ele teve de sair, infelizmente. Realmente, não estava planejada essa saída e o fato de S.Exa. me deixar sozinho com vocês. Ele teve um problema pessoal. Logicamente, a gente reveza com a maior tranquilidade. Delmasso é um Deputado que tem feito um grande trabalho aqui na Casa, está virando um Deputado de bastante conceito.

A gente aguarda o resultado da nossa reunião com bastante vontade de que haja as modificações necessárias para que essa Secretaria fique cada vez mais fortalecida e para que consiga atender aos anseios do público interno, mas também atender ao público externo.

Temos um problema de apagão de gestão pública que acontece em todos os governos. Retrocessos nos são colocados a todo momento, pela falta de conhecimento. Na realidade, os avanços sociais são extremamente importantes, mas medidas estruturantes precisam ser tomadas. Aí, a política partidária entra nesse meio todo e atrapalha tudo. Precisamos reestruturar, visitar os conceitos de partido político. Esta é uma Casa política formada por partidos políticos integrantes de partidos políticos. Precisamos urgentemente rever esses conceitos, para que a gente possa reestruturar nossa sociedade, porque tudo o que nós estamos fazendo, e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 10 2016	10h45min	CFGTC – Audiência Pública para Apresentação de Relatório de Gestão	49

continuamos num esforço tremendo, não é suficiente para a velocidade de exclusão que esse modelo de sociedade propicia a todos nós.

Agradecendo a todas as autoridades e a todos os convidados que honraram a Câmara Legislativa do Distrito Federal com suas presenças, declaro encerrada esta audiência pública, muito agradecido.

(Levanta-se a reunião às 13h48min.)